



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 22 - Nº 416 - DE 24 DE JULHO A 07 DE AGOSTO DE 2011 - R\$ 3,00

A classe operária deve rejeitar o acordo da CUT e Força Sindical com a Fiesp e a CNI



Operários foram arrastados a bloquear a Via Anchieta para defender uma política pró-patronal

52º Congresso Nacional da UNE: O POR lutou pelo rompimento da UNE com o governo



Considerações sobre as resoluções do 1º Congresso Nacional da Anel

Oposição revolucionária a Dilma

A classe operária deve rejeitar o acordo da CUT e Força Sindical com a Fiesp e a CNI

A Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical participaram de um seminário com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), denominado “*Brasil do diálogo, da produção e do emprego*”. A união entre sindicatos dos operários com os sindicatos dos capitalistas foi motivada, segundo seus organizadores, para reagir à desindustrialização no Brasil e defender a produção e o emprego.

A Fiesp há tempo vem fazendo uma campanha no sentido de que o governo precisa proteger a “indústria nacional” contra a invasão de produtos importados da Ásia, principalmente da China. Eis os dados sobre os quais a Fiesp se apóia: 1) caiu a exportação de produtos industriais (manufaturados) e aumentou o volume de importados; 2) os produtos agrários e matérias-primas (commodities) ultrapassaram em muito as exportações de manufaturados; 3) “a indústria nacional” perde mercado para os produtos estrangeiros e, consequentemente, ameaça os empregos no País.

O sindicato dos empresários alega a seguintes causas da desindustrialização: 1) a alta carga de impostos e de taxas de juros; 2) a sobrevalorização da moeda brasileira (Real) diante do dólar; 3) os altos salários no Brasil em relação aos países asiáticos, particularmente a China. Conclusão: as manufaturas produzidas no Brasil ficam mais caras que as de outros países, assim perdem mercado para os concorrentes.

O que pretende a Fiesp com sua campanha contrária a desindustrialização?

Podemos resumir em uma frase: obter do governo redução de impostos, diminuição das taxas de juros e concessão de subsídios. Outro ponto permanece oculto: redução dos salários. Mas há quem calcula ser necessário para a proteção do capital, rebaixar os ganhos dos operários em pelo menos 30%. A redução salarial permitiria uma equivalência com os baixos salários de outros países e compensaria a sobrevalorização do Real frente ao dólar. Esse ponto não foi apresentado explicitamente pela Fiesp, porém está nos cálculos dos capitalistas.

A reivindicação de proteção da indústria é dirigida ao governo de Dilma Rousseff. Aqui entram a CUT e a Força Sindical. Os empresários necessitam de utilizar a classe operária como base de apoio de seus interesses capitalistas. A direção da CUT, que é do PT, e a da Força Sindical, que é do PDT, podem muito bem servir aos propósitos da Fiesp. Como se vê, as Centrais Sindicais não pleiteiam reivindicações dos operários, mas apóiam as exigências de uma fração da classe capitalista. A Fiesp diz que pretende conservar os empregos. E a CUT e a Força Sindical justificam sua colaboração com os empresários explicando aos operários que resolveram dar as mãos aos exploradores em nome dos empregos e da renda.

As Centrais, assim, fizeram uma inversão. Não reivindicam emprego e salário perante os empresários, mas se unem a eles para pedir ao governo que os proteja reduzindo tributos, juros e concedendo subsídios. *Aqui reside uma grande farsa: em nome dos empregos que jamais serão protegidos, os dirigentes sindicais da CUT e Força servem de apoio aos interesses da classe capitalista e às divergências entre suas frações.*



Os operários foram chamados a defender uma política pró-patronal

É necessário denunciar a manipulação feita por Sérgio Nobre (presidente do sindicato metalúrgico do ABC), Miguel Torres (presidente dos metalúrgicos de São Paulo), Artur Henrique (presidente da CUT) e Paulo Pereira (Força Sindical).

Em uma reunião mais ampla da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a CUT e Força, a CTB (dirigida pelo PCdoB), a CGTB, UGT e outras Centrais se juntaram para defender a “indústria nacional”. Essa reunião ocorreu depois que o sindicato metalúrgico do ABC, apoiado pela Força Sindical e pelas montadoras, promoveu uma passeata na Via Anchieta, sob a bandeira “*em defesa da indústria nacional e do emprego*”. Os metalúrgicos bem comportados se enfileiraram por detrás da CUT e da Força Sindical acreditaram estar defendendo os postos de trabalho, quando na verdade estavam apenas servindo de apoio às multinacionais da indústria automobilística que os esfolam diariamente.

Essa é a outra face da farsa: não se trata da defesa da indústria nacional, mas sim das multinacionais, principalmente do setor automobilístico. Os ramos fundamentais da produção estão sob o controle dos monopólios internacionais e do capital financeiro. O que a CUT, Força, CTB e os partidos que as dirigem (PT, PDT e PCdoB) fazem é enganar os operários com a bandeira de defesa da “indústria nacional e do emprego”.

Os burocratas sindicais auxiliam o grande capital em suas disputas por mercados e por lucros. Fazem o que não deveriam fazer; e deixam de fazer o que deveriam fazer. Juntam-se à Fiesp e a CNI para exigir do governo vantagens para o grande capital, principalmente o multinacional. Colocam-se por acobertar o saque provocado pelo capital imperialista, como demonstram a gigantesca remessa de lucros e a lucrativa especulação financeira. Estendem sobre o rosto implacável das empresas multinacionais a bandeira da “indústria nacional”. Ao contrário, deveriam mostrar aos operários que a carga de impostos é alta porque o Estado brasileiro tem uma dívida monumental com os banqueiros e que por isso tem de despendar anualmente quase metade do orçamento da União para pagá-los. Que as altas taxas de juros servem aos interesses do capital

financeiro nacional e internacional. Que a nossa moeda está sobrevalorizada devido ao fato do Brasil ter sido escancarado a todo tipo de negociata favorável ao capital parasitário. Que a política econômica de Lula deu continuidade a de Fernando Henrique Cardoso de favorecimento do grande capital e que Dilma segue a mesma trilha.

A indústria automobilística vendeu e vende carros como nunca, obteve e obtém gigantescos lucros. Avalia que o mercado de automóveis no Brasil é um dos mais promissores. Assim, há uma corrida das montadoras internas e externas em conquistar esse mercado. Esse ramo industrial sempre esteve integralmente sob o controle das multinacionais. As tentativas de constituir uma indústria automobilística nacional foram sufocadas pela Volkswagen, Ford, GM, Mercedes etc. Se os metalúrgicos recorressem à memória, veriam que as demissões e destruição de postos de trabalho foram uma constante nas montadoras e autopeças. Não muito distante, veriam que as montadoras impuseram a flexibilização do trabalho, banco de horas, PDV etc. Veriam que nenhuma bandeira de defesa do emprego foi e será possível unindo o patrão e o operário.

O nacionalismo da Fiesp e da CNI é de defesa dos monopólios internacionais. O nacionalismo da CUT e da Força Sindical é uma mentira propagada entre os operários para esconder a sua submissão à política pró-imperialista da burguesia brasileira.

É sintomático o ataque concentrado à China. Sem dúvida, o governo chinês se utiliza da farta mão-de-obra barata para restaurar o capitalismo e destruir as conquistas da revolução socialista. Não por acaso, as multinacionais estão se instalando nesse País e 60% do superávit da balança comercial chinesa está sob seu controle. A superexploração da força de trabalho chinesa compensa a crise instalada nas potências. Crescem as pressões do imperialismo para que a China abra o seu vasto mercado. Está claro que esse país asiático - ao mesmo tempo em que permitiu arrefecer a crise mundial com seu crescimento econômico - constituiu-se em elo de conflito internacional. Os Estados Unidos encabeçam as exigências para que a China se integre definitivamente em sua órbita e sirva completamente à ordem mundial das potências.

A campanha contra as importações de produtos da China pelo Brasil faz parte desse embate. A Fiesp e a CNI estão servindo a esses interesses. E a CUT e Força servem à Fiesp e a CNI. As organizações sindicais, ao invés de defender o programa da classe operária internacional, seguem a farsa do nacionalismo pró-imperialista.

A crise de superprodução que desintegra o capitalismo, a violenta disputa pelos mercados e o protecionismo vêm se agravando por toda a parte. Os capitalistas procuram evitar que os operários se rebelam contra as medidas antipopulares usando, entre outras ações, a campanha de defesa do emprego em seu país e de desemprego nos demais. Na Europa e nos Estados Unidos, ampliam-se os ataques aos trabalhadores imigrantes, em nome do emprego aos franceses, alemães, italianos, ingleses, norte-americanos etc. A Argentina restringe as importações brasileiras com a justificativa de que se trata de preservar os seus postos de trabalho. E agora, no Brasil, se levanta a bandeira de defesa da “indústria nacional e do emprego”, em detrimento dos empregos chineses.

É comum os dirigentes da Fiesp e seus porta-vozes dize-

rem que o Brasil está exportando empregos para a China. Na realidade, nenhuma das frações capitalistas defende o emprego, mas sim seus negócios. Usam a despolitização da classe operária e os seus sindicatos controlados pela burocracia venal para se protegerem de seus concorrentes. É preciso desmascarar esse movimento burguês protecionista e interesseiro com o programa de reivindicação internacional da classe operária.

Tal diretriz implantada no movimento operário, sob a farsa de defesa da “indústria nacional e do emprego”, desvia a atenção dos explorados e causa-lhes cegueira política. Ou seja, subordinam os sindicatos às divisões e disputas interburguesas. *A burocracia sindical não tem política própria, por isso segue o que lhe dita, em última instância, a burguesia, seus agentes e o governo.* Artur, Paulinho, Nobre e outros posam nas reuniões da Fiesp, CNI e do governo como representantes da classe operária, quando na verdade estão ali porque não encarnam a política do proletariado.

Esse movimento pró-imperialista reflete a enorme influência do grande capital internacional no Brasil, a consequente estatização dos sindicatos e o brutal atraso político da classe operária. É fundamental que a vanguarda e os setores conscientes dos explorados rechacem e combatam o colaboracionismo da burocracia petista, pedetista e pecebista.

A luta de vida ou morte pela independência dos sindicatos/centrais perante a burguesia e seu Estado é a principal tarefa da situação. Está colocada a convocação de plenárias de base para organizar a resistência ao acordo traidor da CUT/Força com o patronato.

É visível a paralisia da Conlutas diante dessa traição. Era para ter convocado imediatamente as plenárias regionais e a plenária nacional para responder com o programa de reivindicação e de independência diante do movimento burguês de proteção às multinacionais. Não basta tirar notas críticas ao acordo. É preciso organizar a ida às fábricas com denúncias claras do acordo, exigindo que a CUT, Força, CTB e outras rompam com a Fiesp e a CNI.

O Partido Operário Revolucionário convoca as correntes e dirigentes sindicais classistas a se mobilizarem imediatamente por uma plenária nacional que constitua uma frente única de combate à colaboração de classes e de rechaço à traição dos burocratas aos interesses da classe operária. Convoca-os a defender:

1. Rompimento das organizações sindicais com o acordo da burguesia;
2. Um programa de reivindicações da classe operária e demais explorados, que tenha por base a luta pelo salário mínimo vital, pela escala móvel de reajuste, pela escala móvel das horas de trabalho e terra aos camponeses;
3. O princípio internacionalista da classe operária, de unidade dos explorados contra os exploradores e de combate ao nacionalismo burguês;
4. Uma Frente Única Antiimperialista pela expropriação sem indenização do grande capital nacional e multinacional, estatização do capital financeiro e não pagamento das dívidas interna e externa;
5. Um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado.

Abaixo a traição da burocracia sindical!

Viva a independência política e organizativa da classe operária!

Governo Dilma: brinquedo nas mãos dos partidos burgueses e dos grupos econômicos

Lula se zangou com as observações de parlamentares e da imprensa de que a presidente Dilma Rousseff é fraca. Respondeu que somente aqueles que a desconhecem fariam uma inverdade como essa. Em depoimento, declarou que Dilma, quando ministra do seu governo, deu provas de firmeza. Corroborou, para isso, seu passado político. Lula poderia se utilizar, também, de testemunhos de ministros do atual governo que dizem que a presidente tem pavios curtos, é exigente e não esconde seu descontentamento com certa rispidez. Mas os comentários sobre a fraqueza de Dilma não dizem respeito a traços de sua personalidade, que certamente têm sua importância para administrar os negócios da burguesia em situação de conflito.

A fraqueza vem sendo demonstrada pelas dificuldades de manter unida a sua base parlamentar composta de mais de uma dezena de partidos. É exemplificativa a derrota governamental na votação da emenda apresentada pelo PMDB ao Código Florestal. A assimilação de pressões sobre decisões de governo e as vacilações do núcleo presidencial têm sido uma constante. A desautorização ao Ministério da Educação de editar o chamado kit anti-homofóbico, sob a exigência da bancada evangélica, foi desmoralizante.

O mais escandaloso recuo se deu em torno do projeto que limitava a 25 anos o sigilo dos documentos secretos. O recente pronunciamento do ministro Orlando Silva (PCdoB) de que vai ser publicado no site tudo que for exigido pelos concorrentes e pela sociedade sobre os gastos com as obras do PAC, dedicadas à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos, atendeu a pressões de parte das empreiteiras contrárias à Medida Provisória 527 que assegurava sigilo no orçamento prévio.

O governo resolveu apoiar o Sr. Abílio Diniz em entregar o comando da rede Pão de Açúcar para o Carrefour e não mais para o Cassino. O BNDES já havia se comprometido em financiar o negócio bilionário. O sócio Cassino partiu para cima do BNDES, sob o argumento de que Abílio Diniz rompia um acordo que dava ao grupo francês o controle acionário em 2012. A imprensa, que não questionou a desnacionalização, em nome do consumidor, colocou-se do lado do Cassino contra o Carrefour. O BNDES foi obrigado a se retirar da negociata. Não por acaso, Dilma passou também a reconhecer a obra de Fernando Henrique Cardoso como herança bendita.

Outro aspecto que revela a fraqueza do governo tem sido sua conduta diante dos velhos e novos escândalos de corrupção. Quando veio à tona o rápido enriquecimento do ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, Dilma ficou atordoada. Lula interveio abertamente para que o crápula fosse defendido pelo governo. Somente então a dama de ferro prestigiou o ministro ladrão. A sua rápida queda foi um vexame para Dilma. As águas nem bem começaram a correr tranquilas e um novo vendaval as tumultuou. Explodiu o escândalo na pasta dos Transportes. Dilma se viu obrigada a afastar diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Denit). No dia 5 de julho, publicou uma nota de apoio ao ministro Alfredo Nascimento. No dia 6, o homem renunciou ao cargo, sob novas acusações de corrupção. A pasta de orçamento bilionário está sob o controle do Partido da República (PR). A cada novos fatos, vê-se que o ministério do transporte e o Denit são o

ninho de ratos. Dilma pisou em ovos para evitar a caída de Nascimento e turvar sua relação com o PR, que reúne 60 parlamentares evangélicos. Convidou para ocupar o lugar de Nascimento o senador Blairo Maggi (PR-MT). O maior plantador de soja do Brasil, dono de empresas de agronegócio e amigo de Lula declinou do convite. Os seus interesses empresariais colidem com um cargo de ministro, nas condições de crise política advinda das denúncias de corrupção. O governo procurou isolar o problema como se fosse apenas um foco de ladroagem. O PR ameaçou abandonar Dilma. Está aí a conduta miserável de um governo diante de uma quadrilha que montou um partido para se locupletar do dinheiro público.

Lula fez seu discurso no 52º congresso da UNE em apoio a Dilma e lamentou que a presidente não tivesse aceitado o convite para também fazer seu discurso, prestigiando o PCdoB, o PT e outros capachos do governo. Está claro que Lula não tem razão em dizer que Dilma não é fraca. Mas tem razão se a presidente for avaliada quanto ao seu empenho de impor um salário mínimo de R\$ 545,00 e de colocar a Força de Segurança Nacional para reprimir a greve dos operários da construção civil de Jirau. Diante das disputas interburguesas e das gangues que sangram os cofres públicos, Dilma é fraca. Diante da revolta dos famintos e do salário de fome, Dilma é forte.

Apoio de toda a burguesia e de seus partidos a uma decisão de Dilma – privatizar os aeroportos

Ninguém da base aliada e ninguém da oposição burguesa questionou a decisão de Dilma de privatizar aeroportos. É claro que vozes do PT e de alguns nacionalistas do passado reclamaram. Mas nada de consistente foi feito para que voltasse atrás. Os aeroviários de Guarulhos foram à assembleia convocada pelo sindicato e ameaçaram com a greve. A CUT prometeu-lhes apoio. No entanto, o dia nacional de mobilização, marcado para o dia 6 de julho, passou em branco. O que vimos foi no dia 8 de julho a CUT se unindo com a Força Sindical e a Fiesp para defender as multinacionais sob o pretexto da desindustrialização no Brasil.

Parece que a burocracia sindical e as correntes de esquerda que gostam da bandeira “o petróleo é nosso” aguardam que Dilma dê um passo atrás em sua ânsia privatizante. Os burgueses, pelo contrário, esperam um passo adiante. Empreiteiras como Andrade Gutierrez e Odebrecht estão nos bastidores incentivando o leilão de entrega dos aeroportos. O capital estrangeiro não perde tempo, quer uma parte dos negócios. Grandes operadoras estrangeiras, alemã, francesa, norte-americana, etc., estão coligadas com a Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa. O presidente do sindicato dos aeroviários declarou que está em desacordo apenas com o “modelo” de privatização que tira o controle da Infraero. Admite o “modelo” de parceria. Nenhuma dessas forças que se dizem descontentes com Dilma está disposta a combater de fato a privatização.

Como se vê, o governo petista não apenas vai entregar os aeroportos para grupos nacionais como também para internacionais, em uma nítida ação de desnacionalização. A esquerda petista, que conta com até mesmo correntes que se dizem marxistas e trotskis-

tas, se sentem incomodadas. Estão vendo o seu governo, dito ‘progressista’, “antineoliberal”, “democrático e popular”, conspirar contra a economia nacional e servir de agente do imperialismo.

As posições e diretrizes de Dilma confirmam a caracterização do Partido Operário Revolucionário de que é um governo burguês, antinacional e antipopular. O PT e PCdoB, bem como toda a esquerda que convocou os trabalhadores a votar em Dilma, sustentam sua política voltada ao grande capital. Já não podem mentir descaradamente de que se tratava de constituir um governo que barrasse a volta dos neoliberais, encabeçados pelo PSDB.

Nenhum esclarecimento sobre os assassinatos Não confiar no governo burguês, confiar somente nas próprias forças dos explorados

O secretário-geral da Casa Civil, Gilberto Carvalho, enviou uma força tarefa para esclarecer os assassinatos de camponeses no Pará e Rondônia. Esperava-se que os jagunços e os mandantes fossem identificados e levados à Justiça. Faz dois meses das mortes de José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva, Eremilton Pereira dos Santos e Adelino Ramos e nada foi apurado.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) pediu ao governo que intercedesse em favor dos assentados de Nova Ipixuna (PA) e outros para conter a sanha de fazendeiros e madeireiros, bem como punir os assassinos. Mas se sabe que é em vão. A CPT entregou ao governo um relatório com 1855 camponeses jurados de morte. Confiar ao Estado burguês a vida daqueles que lutam pela terra e que se colocam no caminho dos desmatadores é ingenuidade. O padre Dirceu Luiz Fumagalli, coordenador da CPT, *revelou que em 26 anos foram assassinados 1580 lavradores. E que apenas 91 casos passaram por julgamento. Destes, um só mandante está preso. Como se vê, não há motivo para ingenuidade.*

Não temos dúvida da importância das denúncias feitas perante o governo. Ocorre, porém, que boa parte das lideranças do movimento camponês acredita no PT e em seu governo. Não se admite que Dilma é mais um dos participantes da ordem capitalista e, portanto, da defesa da grande propriedade da terra.

Para o coordenador da CPT, *“a socialização desse dado tem o objetivo de abrir um diálogo com o governo e com a sociedade”*. Que diálogo poderá ser aberto com aqueles que se curvam diante da classe capitalista? Evidentemente, nenhum. O tom conciliador do padre Dirceu não serve para a luta dos camponeses pela terra e para barrar a violência de classe da burguesia fundiária. A reivindicação de que o Estado precisa intervir com a polícia e com as *“políticas públicas que vão às raízes dos problemas”* indica a confiança de que a burguesia e o seu governo poderão se colocar ao lado dos camponeses contra uma das frações da própria burguesia.

A denúncia do coordenador da CPT de que *“o Judiciário, quando é para criminalizar os movimentos sociais, é extremamente eficiente, mas quando é para julgar e condenar os culpados é omissivo ou cúmplice com aqueles que cometeram os crimes”* é verdadeira. Não obstante, o Judiciário é parte fundamental do Estado e inseparável de qualquer governo que o administre. Se se quer ir *“às raízes dos problemas”*, deve-se obrigatoriamente ir às relações capitalistas de produção, de propriedade e de exploração do trabalho. Sobre elas se assenta o Estado como poder da burguesia sobre a maioria explorada. A Justiça, o Legislativo e o Executivo não são neutros, materializam as relações jurídicas da propriedade privada dos meios de produção. Mesmo que haja atritos e desacordos entre esses poderes, em

última instância, preservam a propriedade privada e sufocam a luta dos explorados contra os exploradores. Está aí por que Dilma, mesmo que quisesse, não poderia colocar o Estado para *“ir às raízes dos problemas”*.

Somente o proletariado organizado em um partido marxista-leninista-trotskista poderá defender as reivindicações dos pobres do campo e, unido a eles, reagir à violência reacionária com a violência revolucionária. *Eis por que se trata de denunciar o governo de Dilma como defensor dos interesses da burguesia. E contrapor-se às ameaças de morte com comitês agrários de autodefesa e com um Tribunal Popular para punir os crimes dos capitalistas.*

Apoio à agroindústria mantém-se em alta

A lucratividade da agroindústria faz inveja a qualquer capitalista de outro ramo. Isso se deve ao crescimento vertiginoso das exportações. Atendendo ao mercado externo, o Brasil aumentou a capacidade produtiva, tornando-se o segundo país, depois dos Estados Unidos, a negociar commodities. As terras férteis são abundantes, sobra capital financeiro, a tecnologia pode ser vastamente usada, a fração da burguesia agrária está bem organizada e as multinacionais do setor têm todo interesse em explorar as commodities.

A diretriz do governo Dilma é a mesma que a de Lula e de Fernando Henrique Cardoso: apoiar integralmente a agroindústria e impulsionar as transformações capitalistas no campo. Trata-se de avançar o processo de substituição do velho latifúndio, herança da colonização, pela grande propriedade agroindustrial. Considere-se a reforma agrária uma solução ultrapassada. O Estado ainda promove a política de assentamentos, mesmo que mais lentamente, devido ao fato da concentração agroindustrial não ter ainda tomado conta de todo o campo. O campesinato continua uma classe numerosa e protagoniza a luta de classes na maioria dos estados. Formas pré-capitalistas de cultivo nas pequenas propriedades familiares ainda persistem.

As terras consideradas agricultáveis e não exploradas correspondem a pelo menos 134 milhões de hectares, mantidas sob a forma de grandes propriedades. Não há nenhum interesse da burguesia e de seu governo de incorporar essa vastidão territorial no processo produtivo por meio de reforma agrária. O objetivo é continuar ampliando a agroindústria.

Os reformistas sonhadores advogam que não é preciso atacar as terras consideradas produtivas, uma vez que as improdutivas ainda são abundantes e se encontram em todas as regiões do País. Imaginam uma reforma agrária convivendo com a produção agroindustrial.

O governo responde que dá toda atenção à agricultura familiar e que dela não se pode se descuidar. Exibe seus números: *“A agricultura familiar garante 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, 33% da produção agrícola, ocupa 24% da área produtiva rural, é responsável 74% da mão de obra ocupada e garante cerca de 70% dos alimentos que os brasileiros consomem”* (entrevista do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence).

O Plano de Safra 2011/2012 prevê financiamentos da ordem R\$ 107 bilhões, a juros subsidiados. Corresponde a um aumento de 7%. No entanto, para a agricultura familiar, manter-se-á o mesmo valor de R\$ 16 bilhões, aplicados em 2010. Como se pode ver, os pequenos agricultores ficarão com o mínimo, embora produzam 70% dos alimentos. O grosso do financiamento é destinado à agricultura de exportação.

O Brasil foi incorporado pelo mercado mundial de commodities, controlado por multinacionais e pelo capital financeiro. Faz parte da gigantesca maratona especulativa das Bolsas de Valores, do mercado de futuros. Está aí por que a desnacionalização das terras brasileiras facilitada no governo de Fernando Henrique e ampliada no de Lula veio à tona como um problema de soberania.

Está claro que a burguesia fechará cada vez mais o horizonte da desapropriação de terras para fins de assentamentos. E agirá fortemente em favor da penetração da agroindústria. Muita confusão já se fez entre assentamento e reforma agrária. Com a eclosão

do movimento camponês organizado pelo MST, a burguesia canalizou a luta de classes no campo para a forma de assentamentos, de maneira evitar uma reforma agrária imposta pelas massas oprimidas do campo. O avanço do capitalismo no campo, nas últimas décadas, demonstrou cabalmente que o campesinato não tem saída para sua desintegração e miséria senão assimilando o programa de expropriação revolucionária das terras e sua nacionalização. O que exige unir os trabalhadores da cidade e do campo sob a estratégia de um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado.

Coronel Ustra deve pagar pelos seus crimes hediondos

Está prevista para o dia 27 de julho uma audiência no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para ouvir testemunhas sobre a tortura e a morte de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, em julho de 1971. O acusado é o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra. Merlino era dirigente do Partido Operário Comunista (POC). Morreu em 19 de julho, sob brutal sevícia.

O chefe da tortura do DOI-CODI/SP, coronel Ustra, acusado de inúmeros outros assassinatos, mente descaradamente que Merlino morreu atropelado quando fugia. Apesar do governo Lula ter sido incapaz de revogar a Lei de Anistia, promulgada pelos militares para se livrarem das responsabilidades de tortura, morte e ocultação de cadáver, apesar do Supremo Tribunal Federal ter mantido a proteção dos assassinos, apesar do coronel Ustra ter apoio de toda a reação, pelo menos uma

audiência foi obtida. Não vai resolver nada. Mas mantém acesa a denúncia contra os genocidas.

Os crimes da ditadura militar não serão apurados pelo Estado burguês. Todos que tinham esperanças e ilusão no PT e seu governo puderam assistir a vergonhosa capitulação dos reformistas diante das Forças Armadas. A presidente Dilma – uma das torturadas – mergulhou no lamaçal.

Organizar a luta pela punição dos crimes da ditadura militar

Está colocado para as correntes, sindicalistas e democratas, que não cederam à infâmia, constituir um comitê pela derrubada da Lei da Anistia, que serve aos torturadores e assassinos. Organizar uma campanha sistemática pela punição de todos os responsáveis. Criar as condições para constituir um tribunal popular.

Luiz Eduardo da Rocha Merlino – assassinado nos porões da ditadura militar, sob a responsabilidade do coronel Ustra

O nome de Merlino consta do *Dossiê Ditadura – mortos e desaparecidos políticos no Brasil, 1964/1985*, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Estado de São Paulo.

Transcrevemos algumas passagens:

“(…) Ainda estudante secundarista, Merlino participou do CPC da UNE” (...) “O ano de 1968 foi marcado por grandes mobilizações estudantis, nas quais Merlino também participou ativamente” (...) “Foi também durante esse ano que ingressou no POC. Como repórter da Folha da Tarde, fez a cobertura do XXX Congresso da UNE, em outubro de 1968, em Ibiúna (SP) e foi, na ocasião, uma das principais fontes de informação sobre a repressão ao evento”. (...) “Em dezembro, quando houve a decretação do AI-5, liderou a greve dos jornalistas da Folha da Tarde”. (...) “Em dezembro de 1970, viajou para a França, para um período de estudos e contatos, sobretudo no âmbito da IV Internacional, de orientação trotskista. Participou como observador do 2º Congresso da Liga Comunista, organização francesa da IV Internacional, em Rouen”. (...) “Cinco dias



depois de sua volta da França, foi preso na casa de sua mãe, em Santos, em 15 de julho de 1971”. (...) “Na sede do DOI-CODI/SP, Merlino foi torturado por cerca de 24 horas ininterruptas e abandonado em uma solitária, a chamada ‘cela-forte’, ou ‘X-0’”. (...) “O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Ibramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, concluiu que Merlino morreu de anemia aguda traumática (por

ruptura da artéria ilíaca direita). No laudo consta a resposta ‘não’ ao quarto quesito, que pergunta se a morte foi produzida por torturas ou por outro meio degradante e cruel. Na requisição de exame necroscópico, lê-se no dia e hora supramencionadas ao fugir da escola que o levava para Porto Alegre (RS), na estrada BR-116, foi atropelado e em consequência dos ferimentos faleceu. O documento contém T de ‘terrorista’, escrito a lápis”. (...) “A notícia da morte de Luiz Eduardo Merlino foi censurada. Apesar disso, o jornal A Tribuna, de Santos, noticiou em 27 de agosto de 1971, que ‘estava morto há dias o jornalista desaparecido[...] desde o dia 16 de julho último’.(...) “Em julho de 1979, sua família entrou com uma ação declaratória contra a União na Justiça Federal. (...) “em 4 de abril de 2008, a justiça de São Paulo acolheu uma ação civil declaratória – sem pedido de punição criminal ou indenização pecuniária – contra o coronel reformado do exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante da DOI-CODI do 2º Exército à época e acusado por várias testemunhas de ser o principal responsável pela morte de Merlino”.

Natal-RN

Lançamento da revista Socialismo Científico e Escola de Quadros do POR no nordeste

Nos dias 9 e 10 de julho, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou em Natal-RN a sua Escola de Quadros, que tem como objetivo fundamental a formação política da militância porista na teoria marxista e no programa revolucionário, como preparação para a intervenção concreta na luta de classes no próximo período. Participou a militância que constrói o POR em estados do Nordeste. A abertura da Escola de Quadros se deu no dia 8 de julho com o lançamento da Revista Socialismo Científico nº 12 e um debate sobre os primeiros seis meses do governo petista de Dilma Rousseff. A Revista Socialismo Científico teve sua última edição em 2005 e foi retomada pelo XI Congresso do POR, de janeiro de 2011, através de um esforço coletivo de elaboração e de autofinanciamento. Trata-se da revista teórico-política do partido, que debate os últimos acontecimentos da luta de classe mundial, caracterizados pelo agravamento da crise mundial do capitalismo, pela ação dos governos e Estados burgueses de proteção ao capital monopolista, com a aplicação de planos de austeridade e de corte de verbas dos serviços sociais, arrocho salarial, destruição de direitos e conquistas dos trabalhadores e demais explorados e a retomada das manifestações, atos e greves de massas em diversos países da Europa, como Inglaterra, França, Espanha e Grécia.

A revista destaca especialmente os levantes dos povos árabes no Médio Oriente e no Norte da África contra as ditaduras sanguinárias pró-imperialistas, que oprimem há décadas os explorados daqueles países e faz uma análise especialmente da evolução do levante dos rebeldes líbios contra a ditadura burguesa de Muammar Kadafi, desnaturalizado pela intervenção das tropas imperialistas dos EUA e OTAN, o que colocou desde então a tarefa de defesa da autodeterminação do país semicolonial líbio contra a invasão das potências. Faz uma crítica às posições das correntes que se reivindicam do trotskismo em nosso país. Há ainda artigos sobre o desenvolvimento da crise estrutural do capitalismo, os ataques às massas, sua heróica resistência e a necessidade de reconstruir a IV Internacional; contém uma síntese sobre a história da oposição de esquerda internacional, do Comitê de Enlace do qual fazemos parte junto com o POR argentino e boliviano, sobre os 40 anos da Assembleia Popular na Bolívia (1971-2011) e suas lições para a luta revolucionária na América Latina, uma homenagem à marxista Rosa Luxemburgo e uma análise da experiência da Comuna de Paris, nos seus 140 anos.

Destacou-se no debate de lançamento a análise dos primeiros meses do governo petista de Dilma Rousseff, que se apoia numa coligação de partidos do PMDB ao PDT/PSB/PCdoB etc. e se inicia numa conjuntura polí-

tica e econômica mundial de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, diferente do crescimento econômico internacional que marcou grande parte do Governo Lula, o que certamente levará o governo Dilma a tomar medidas antipopulares contra a vida e as condições de trabalho do proletariado e demais explorados, e antinacionais, de proteção do grande capital e reforço das pretensões das potências imperialistas no mundo e no Brasil. A imposição do salário de fome de R\$ 545,00, a repressão da guarda nacional contra os operários de Jirau, enfrentamento das greves nas obras do PAC, o encontro com Barack Obama, quando este autorizava o bombardeio da Líbia, e a defesa dos interesses monopolistas de setores da burguesia nacional, são apenas alguns sintomas das tendências do novo governo federal e dos governos estaduais, sejam petistas ou não.

Nossa Escola de Quadros deu continuidade à discussão sobre as classes sociais, iniciada na escola de quadros realizada em nosso XI Congresso. A militância debateu coletivamente passagens clássicas de obras de Marx e Engels sobre as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista, quais sejam a burguesia e o proletariado, sua origem histórica, desenvolvimento, interesses materiais e antagonismos. Também debateu a experiência grevista no Brasil e nos estados do Nordeste no último período, bem como a intervenção concreta do POR. O estudo mostrou que as classes sociais se definem pelo papel que cumprem no processo de produção social, que está na base da distribuição e apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores. O proletariado fabril, das minas e da agricultura capitalista é uma legítima criação da indústria e da expansão das relações capitalistas, ligando-se à produção social e ao trabalho coletivo. Constituiu ao longo dos últimos dois

séculos organizações (sindicatos, movimentos, sovietes, partidos, internacionais) e métodos próprios de luta (greves, ocupações, manifestações etc.) Por expressar as forças produtivas altamente desenvolvidas, o choque com as decadentes relações de produção privadas e as contradições da sociedade burguesa tem condições de levar a frente o programa de destruição do capitalismo e construção do socialismo. Junto com os demais assalariados, como a classe média arruinada e o campesinato, constitui a maioria nacional oprimida pela burguesia e o imperialismo. O estudo mostrou a necessidade de avançarmos na compreensão da história, evolução e estado atual das classes sociais no Brasil e, particularmente, nos Estados do Nordeste, tarefa a ser cumprida pela militância no próximo período. Cumprir o objetivo de forjar a militância para os combates presentes e futuros.

Aqira com o distribuidor deste jornal:

Resistência histórica das massas à crise capitalista



Socialismo Científico
Revista Teórica do Partido Operário Revolucionário
Número 12 - Maio de 2011



**Levantes dos povos árabes:
Pela autodeterminação e soberania
dos povos semicoloniais**

História do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
40 anos da Assembleia Popular na Bolívia
140 anos da Comuna de Paris
Breve história da IV Internacional



A burocracia petista destruindo o maior sindicato do país

Não é, de fato, o mais importante sindicato. Mas é o maior. A APEOESP com seus mais de 150 mil associados tem um potencial de mobilização e de organização que poucas entidades sindicais possuem no país.

Desgraçadamente, está nas mãos da burocracia cutista. A ala do PT chamada Articulação Sindical. Esta burocracia, que atuou com toda a força de seu aparelho para manter o poder nas últimas eleições de 9 de junho, conquistou a maioria da Diretoria.

Da “nova gestão”, com mandato de 2011 a 2014, exala o mesmo cheiro de podridão das antigas gestões. A direção majoritária do PT, na APEOESP, reitera todo o processo de estatização e destruição da democracia sindical iniciada há décadas.

A primeira reunião da Diretoria Plena, que conta com 120 diretores estaduais e 35 diretores executivos, mostrou a que veio: manter o imobilismo na categoria, servir como correia de transmissão do governo e preservar os interesses econômicos das castas dirigentes.

Três pontos foram debatidos nessa primeira reunião: a) o calendário de “luta”; b) o regimento de funcionamento da diretoria; c) a estrutura financeira e organizacional da entidade.

Embora tratada como ponto número “um”, a campanha salarial, o calendário de “luta”, evidenciou que não se pretende luta nenhuma para o segundo semestre do ano. Com a ajuda do PSol, que infelizmente compõe o campo da oposição, a data da primeira assembleia foi jogada para dia 02 de setembro, às vésperas do feriado de 07 de setembro. Todo tipo de manobra foi feita para impedir logo a reunião de representantes de escola, que inicialmente estava marcada para dia 04 de agosto e impedir que se aprovasse a data da primeira assembleia para o dia 12 desse mês. Uma pá de cal foi lançada sobre a mobilização, bem no

momento em que o governo ataca com a Resolução 44, que divide as férias em dois períodos no ano (15 dias em janeiro e 15 em julho), ataca com a miséria salarial dividida em quatro anos (cerca de 35% fatiados em 2011 até 2014), ataca com a ampliação da prova por mérito, ataca com a iminente demissão dos professores contratados das categorias L e O.

Mas a política imobilista e colaboracionista com o governo caminha passo a passo com a organização burocrática e parasitária dos dirigentes sindicais. Os pontos dois e três confirmam isso.

Sobre a discussão regimental, reafirmou-se toda a organização burocrática e autoritária que vem sendo arquitetada nos últimos anos, nos congressos da entidade. A punição às subseções da oposição, a distribuição de cargos e funções conforme os interesses da ala majoritária, a preponderância dos aspectos administrativos sobre os políticos, etc.

Na discussão da estrutura financeira e organizacional, o único debate era “para quem” e o “quanto” iria de dinheiro para cada Diretor. Os destaques feitos, inclusive, pela oposição eram sobre aspectos secundários, como o levantado pela Oposição Alternativa, que se opõe a uma verba chamada de “plus” (que é o aumento da ajuda de custo que já recebem os diretores).

A discussão central que envolve a mais ampla discussão, publicização e deliberação da estrutura financeira do sindicato não foi feita. Ao contrário, foi ridicularizada. Quando o militante da Corrente Proletária defendeu que se publicizassem os gastos de todos os diretores e que se decidisse sobre essa estrutura por meio de uma assembleia geral, chamada para esse fim, o sarcasmo da diretoria majoritária foi geral. Nem sequer foi votada a questão, não era “regimental”.

Para os burocratas vendidos, que vivem do aparelho sindical, defender que se façam publicamente as discussões

acerca dos gastos da entidade, em assembleia, parece galhofa. Parece cômico exigir que se trate a organização financeira do sindicato com a seriedade que se exige de qualquer outra discussão política.

Nada a se estranhar. A degeneração política caminha ao lado da corrupção econômica. Depois de terem adiado a luta da categoria, de atuar de forma colaborativa com o governo, fazendo emendas deploráveis aos projetos aprovados na Assembleia Legislativa, só restava mesmo comemorar a vitória da chapa 1, a chapa da burocracia cutista, e distribuir os pedaços do bolo entre os burocratas.

A Oposição Unificada tem de reagir

O que se viu nessa primeira reunião é o que se projeta para os próximos três anos. A burocracia majoritária, destruindo a perspectiva de luta, e a Oposição, dividida, atuando para se opor aos “excessos” da Articulação.

O único meio de atuar contra a burocracia é através da mais rigorosa e disciplinada atuação conjunta. A Oposição Unificada congrega correntes do PSol, PSTU, POR e independentes. O que o PSol fez na primeira reunião demonstra as fragilidades da oposição. A posição parlamentarista do PSol sobrepôs-se aos interesses dos trabalhadores da educação. A fratura que se evidenciou na Oposição Unificada fortalece a burocracia.

Como parte da Diretoria e da Oposição Unificada, vamos fazer toda a luta política para derrotar a burocracia e potencializar o movimento. Para isso, é preciso a unidade de fato da oposição. Plenárias conjuntas, discussões de método e de política são fundamentais para que possamos resgatar o sindicato dos pelegos e demonstrar na base, nas escolas, a política classista, a política de mobilização e de enfrentamento ao governo estadual.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Rondônia

Balanço da greve dos trabalhadores do transporte coletivo de Porto Velho

Trabalhadores enfrentaram a lei antigreve

Os trabalhadores do transporte coletivo deflagraram greve, no dia 05/7. As reivindicações são: aumento real de 20% nos vencimentos, sendo que 13% são provenientes do reajuste da tarifa e 7% do reajuste da inflação.

Apenas 30% da frota, de acordo com a burocracia do sindicato, estariam em circulação na capital. Porém, no dia 08, a base passou por cima da lei antigreve defendida pela direção sindical e paralisou 100% das atividades. Nas negociações entre a burocracia do sindicato e os empresários, houve uma contraproposta de 4% e, posteriormente, 6%. Mas os trabalhadores recusaram e mantiveram a greve. A partir desse momento, começaram as perseguições aos trabalhadores pela Justiça, donos das empresas e SEMTRAM.

Após essa decisão, a paralisação efetiva de 100% da frota continuou até o final de semana. Os trabalhadores organizaram piquetes para impedir o cumprimento da lei antigreve. A Justiça determinou que os ônibus circulassem com dois policiais dentro. Foi a greve mais radicalizada nos serviços dos transportes do estado. A maior paralisação ocorrida na história da luta dos trabalhadores dos transportes foi em 1994, que não chegou a parar 100% da frota.

Os trabalhadores demonstraram que é possível quebrar a lei antigreve, a intransigência dos capitalistas e do prefeito e passar por cima das direções traidoras. A paralisação de 100% dos transportes coletivos foi a resposta às migalhas oferecidas pelos empresários e à brutal exploração. A radicalização da greve, por meio dos piquetes, é a única via para enfrentar os que sangram a vida dos assalariados.

Mas os parasitas empresários dos transportes só queriam oferecer migalhas que não dão para atender às reais necessidades vitais, para os trabalhadores poderem sustentar suas famílias. A luta está forte e bonita. Foi uma lição para todos os trabalhadores.



A importância da democracia operária na greve

Os patrões queriam vencer pelo cansaço. A força grevista

estava na unidade dos motoristas e cobradores, nas manifestações de rua, nos piquetes e nas assembléias. Mas para que houvesse a coesão do movimento, era necessário o máximo de respeito à democracia sindical. As assembléias deviam funcionar como locais onde as propostas da base fossem discutidas e votadas coletivamente. Todos deviam ter o direito de expor suas ideias e as decisões tomadas deviam ser postas de pé.

As divergências na condução do movimento, quando comparecem em meio à democracia, servem de aprendizado para os trabalhadores. Por isso, sufocá-las, coibindo a democracia, enfraquece a luta. Somente direções burocratizadas têm receio da democracia das assembléias. A unidade grevista é fundamental, mas sem democracia não há como concretizá-la. A divisão do movimento só ajuda o patronato.

Os patrões tinham como método o interdito proibitório (medida antigreve), as ameaças e as demissões. Os trabalhadores dos transportes tinham e têm seus métodos próprios: piquetes, bloqueios e outras formas de ação direta. Mas, para pôr em prática, as direções sindicais deviam elevar ao máximo a democracia operária (que é coletiva). Os comandos de base eleitos em assembléias eram fundamentais nas negociações e na condução do movimento.

Não foi o que aconteceu. A greve durou uma semana. A radicalidade foi garantida pela bravura da base, que se utilizou dos métodos de ação direta e da pressão dos trabalhadores sobre os patrões, mesmo contra a vontade da burocracia do sindicato (Semtram), que se limitou às negociações com os empresários. Os trabalhadores reagiram à miséria concedida pelo patronato, também contra os burocratas sindicais. Mas devido à recusa, os empresários acionaram a Justiça, que iniciou as ameaças sobre os trabalhadores.

O fortalecimento da greve dependia de tirá-la do isolamento. Daí a importância da constituição dos comitês de luta nos bairros. O apoio efetivo da greve viria dos demais trabalhadores.

O que a Corrente Proletária defendeu na greve

1) Que a categoria não deveria aceitar migalhas do patronato. Manter o movimento grevista.

Porto Velho tem uma das tarifas de transporte coletivo mais cara do Brasil, no valor de R\$ 2,60. As reclamações por parte da população são constantes. Nas reuniões em que foi definido o último reajuste da tarifa, os proprietários das empresas de transporte coletivo afirmaram que o aumento viria junto com melhorias significativas no serviço oferecido, no entanto até o momento nada foi realizado.

2) Que a base precisa estar atenta quanto às atitudes das direções sindicais. São direções pelegas que não respeitam as

decisões indicadas pela base. A democracia sindical é a garantia da unidade dos grevistas e o fortalecimento do movimento.

Para isso, as assembleias precisam ser democráticas, onde os grevistas de base tenham o direito de expor suas propostas. Quer dizer: direito de expressão. As divergências devem ser decididas pelo voto. Mas, não é isso que ocorreu. As experiências de greves passadas com essas direções pesam negativamente na balança contra os trabalhadores. O controle burocrático das assembleias, que impede a manifestação de setores de oposição é também negativo para os trabalhadores. A conduta de trazer fura-greves para pôr fim ao movimento pesa também. A política de conciliação com o patronato e governo, não é de hoje, e faz gerar desconfiança da base sobre a direção sindical. Somados todos esses problemas, o prato da balança pende para o lado dos donos das empresas. Por isso, os grevistas têm um obstáculo que está em nosso meio: **impedir que as direções façam acordos espúrios e suspendam a greve.** A força dos grevistas está na mobilização, na defesa das reivindicações e na luta pela democracia das assembleias.

3) que a base responda aos problemas colocando-se contra o desemprego, a jornada estressante de trabalho e a opressão sobre os trabalhadores. Para isso, é preciso defender o salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste; escala móvel das horas de trabalho; estatização dos transportes sem indenização, sob o controle dos trabalhadores e da classe operária; passe livre para desempregados e estudantes!

- Não se dobrar diante do terror patronal!
- Combate à burocracia sindical traidora!
- Manter a unidade da luta!
- Pelo irrestrito direito de greve!

Denúncias

Dilma esteve nas Usinas de Jirau e Santo Antônio

No início de julho, Dilma Rousseff foi inaugurar mais uma etapa das usinas: abertura do desvio do rio Madeira para a Usina de Santo Antônio. O sindicato aproveitou a situação para entregar uma carta denunciando a continuidade dos abusos praticados pelas empreiteiras em canteiros das obras. A carta faz exigência para que o governo federal intervenha diretamente nas negociações dos direitos dos atingidos pelas usinas e acompanhe o acordo entre as construtoras e o sindicato.

Na semana seguinte, Gilberto Carvalho (secretário-geral da Presidência da República) recebeu os representantes dos atingidos pela barragem e do sindicato dos operários. O objetivo era pedir maior fiscalização nas obras, em função da violenta exploração das empreiteiras. O burocrata do sindicato, Altair Donizete, chegou a dizer que a situação está próxima de um novo “quebra-quebra”. Fazia referência ao levante dos operários, ocorrido em março, contra os maus-tratos e a exploração que beiram à escravidão. O porta-voz do governo Dilma fez uma promessa de realizar uma reunião com as empreiteiras e uma visita à usina de Jirau.



Qual foi o desfecho da greve?

O temor da burocracia sindical de que a greve se estendesse por mais de uma semana resultou na conciliação com a administração municipal-PT com a presença do Procurador Geral do município, Mário Jonas, do secretário municipal de Transportes e Trânsito, Itamar Ferreira (ex-presidente da CUT), dos vereadores Cláudio Carvalho e Eduardo Rodrigues, do Sindicato das Empresas de Transportes – SET e do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte de Rondônia – Sitetuperon. Eis o acordo conciliador:

“Após o entendimento entre empregados e patrões, Sitetuperon e Set acordaram em encerrar a paralisação nesta data, restabelecendo-se o serviço de transporte coletivo de Porto Velho, mediante aceitação pelas Empresas Transporte Coletivo Rio Madeira LTDA e Três Marias Transporte LTDA do reajuste do salário da categoria em 9,5% (nove e meio por cento); elevação do valor do vale refeição para R\$ 7,00 (sete reais); repasse de convênio de saúde no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); abono dos dias parados e pedido de desistência pelas empresas do dissídio de greve em razão da paralisação”.

A campanha pela imprensa em favor dos empresários, a força policial e as multas indicadas pelo estado para o sindicato foram usados pela burocracia para suspender o movimento.

É fundamental que os trabalhadores retirem as lições dessa rica experiência contra o patronato e a burocracia sindical conciliadora.

Viva a luta dos trabalhadores do transporte!

Os operários estão vivendo na pele a mentira do acordo estabelecido entre governo, sindicato/CUT e as empreiteiras, para pôr fim à revolta nos canteiros das obras. As empreiteiras, entre elas a Camargo Corrêa, garantiram “respeito às leis trabalhistas” e melhorias nos alojamentos, na alimentação e nas viagens para os estados de origem dos trabalhadores. Mas tudo ficou em palavras, e estas o vento levou. Depois de três meses, a situação é a mesma.

Está aí por que os operários não devem confiar em negociações entre patrão, governos e burocratas sindicais. Eles pretendiam unicamente pôr fim à revolta e às manifestações coletivas no interior das usinas. Com isso, continuar as obras, que rendem rios de dinheiro às empreiteiras. Os operários devem confiar em sua força coletiva de paralisar o trabalho. As usinas paralisadas estremecem os objetivos do governo e das empreiteiras. Para isso, é fundamental organizar uma Oposição à burocracia do sindicato e preparar as condições para a retomada da luta. Sem luta, não haverá melhorias nas condições de trabalho nos canteiros das obras de Jirau e Santo Antônio.

Bahia

As direções dos servidores federais estrangulam a greve nacional

Os servidores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) encontravam-se em greve desde o dia 13 de junho, somando-se à greve nacional dos servidores de universidades federais de todo o país, iniciada em 6 de junho. Desde o governo Lula, vêm-se arrastando negociações que não chegam a lugar algum, avançando o desmantelamento da educação pública. Entre outras reivindicações da categoria ao governo federal e ao Ministério da Educação, constam a garantia de recursos para a carreira e para a campanha salarial de 2011, contra o congelamento de salários por 10 anos, previsto pela PL 549/09, reposicionamento dos aposentados no Plano de Carreira, capacitação e qualificação profissional, contra a privatização dos Hospitais Universitários e maternidades, prevista na MP 520/10 e pela abertura imediata de concurso público para servidores. Além disso, o PL 1992/07 impõe regime privado de previdência para os servidores públicos, limita teto das aposentadorias do regime geral da previdência social, avança nas avaliações de desempenho e quebra a paridade entre ativos e aposentados.

Evidentemente, o aprofundamento da crise mundial do capitalismo e seus reflexos na economia do país levam cada vez mais o novo governo petista de Dilma Rousseff a tomar medidas que vão em sentido contrário aos direitos, conquistas e condições de trabalho dos trabalhadores assalariados, servidores públicos, juventude, camponato e, especificamente, do proletariado. Ao contrário do governo Lula, beneficiado com o crescimento da economia mundial em grande parte de seus dois mandatos, o que lhe proporcionou margem de manobra para a manutenção de uma certa estabilidade econômica interna e controle da luta de classes por meio do assis-

tencialismo e disciplinamento burocrático das direções de associações, sindicatos, centrais e movimentos sociais, o governo de Dilma não só terá de tomar medidas austeras contra os explorados como avançar na repressão aos movimentos.

O corte de 50 bilhões do orçamento federal, o contingenciamento de recursos, a reserva de quase metade do orçamento (mais de 900 bilhões de reais) para pagamento de dívida com credores estatais internos e externos, a imposição de um salário mínimo de fome de R\$ 545,00, a repressão ao operariado de Jirau e o combate às revoltas dos trabalhadores nos canteiros de obras do PAC pela guarda nacional, a proteção dos interesses de capitalistas nacionais e internacionais, do agronegócio e do latifúndio, as medidas de salvaguarda do ensino privado (Prouni), privatização dos correios e aeroportos, de avanço da desnacionalização da educação no país pelo domínio de corporações privadas de ensino, de desmantelamento da educação e das universidades públicas, de expansão de vagas sem o correspondente aumento de recursos, de privatização de maternidades e hospitais universitários através da criação de fundações com interesses privados, bem como o controle de organizações e movimentos sociais via disciplinamento das direções são fatos que comprovam a tendência de choque do governo Dilma com os interesses dos explorados.

Os governos federais e estaduais impõem sérias restrições ao direito de greve, acionando a justiça para cercear a liberdade de organização, expressão e luta dos trabalhadores e ganham tempo conciliando com as direções burocráticas corrompidas e adaptadas ao aparato do Estado burguês. Este é o tecido social e econômico que fazem as bases pressionarem as direções disciplinadas pelo gover-

no a dirigir greves e movimentos em favor de algumas migalhas e negociação com os patrões e o governo. É o que aconteceu com os servidores federais, que tiveram de pôr em movimento nos 27 estados da federação contra as medidas em curso no parlamento, que ferem de morte os direitos de servidores públicos e os serviços sociais, em particular a educação. Depois de resistir à greve, PT e PCdoB tiveram de se curvar à pressão da base inconformada, que aprovou o início da paralisação. Agora, buscam desesperadamente boicotar qualquer possibilidade de avanço da luta e quebrar as greves com o argumento de que o parlamento vai entrar em recesso e que o orçamento de 2012 será fechado até 31 de agosto.

O Comando Nacional de Greve da Fasubra Sindicato decidiu pela volta ao trabalho a partir de 14 de julho, decisão seguida em várias universidades, inclusive na UFBA e UFRB (Assembléia no dia 08/07). Na Bahia, sob direção da Assufba Sindicato, dirigida pelo PCdoB estalinista, tenta-se alguma negociação com o governo por migalhas no orçamento, tendo em vista que a política do PT no governo é chantagear os servidores para terminarem greves e paralisações, com promessas de que somente assim se abrirão as negociações. Entretanto, a recomendação de suspensão de greve foi acatada apenas por 18 instituições das 40 existentes, sendo que 21 delas votaram pela continuidade da greve. É preciso constituir uma fração revolucionária no interior do movimento de servidores técnico-administrativos das universidades e do serviço público federal para travar a luta contra a burocracia conciliadora, que apoia os governos petistas no seio do aparato do Estado e, no movimento social dos servidores federais, constitui um entrave ao avanço da luta de classes contra os governos e os patrões.

Maior greve da história da educação do RN termina após 83 dias

Direção do SINTE/PT aterroriza os trabalhadores e põe fim a greve

Os trabalhadores em educação no RN deflagraram uma greve contra os ataques do governo do DEM/Rosalba Ciarline que, após usar um discurso de que o estado não tinha dinheiro e que não poderia ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda pedia aos trabalhadores 120 dias para apresentar uma proposta.

Mesmo com a direção do sindicato querendo dar esse prazo para o governo e na assembleia se posicionar contra a greve, os trabalhadores mostraram o quanto estavam dispostos a enfrentar o governo e a direção do sindicato votando a greve por ampla maioria.

Os trabalhadores em educação se encontram em situação de brutal miséria salarial e salários comprometidos com empréstimos a juros altos. Agudizam-se a cada dia as ameaças e a violência nas escolas - refletindo a sociedade em crise. A cada instante vemos nossos companheiros sendo afastados de suas funções por doenças psicológicas. Salas com até 60 alunos, inúmeros diários de classe, enfim uma situação insustentável que não dava mais para cruzar os braços e aceitar o governo entregar o dinheiro da educação para os empresários da Copa.

Após a decretação da greve da educação, várias outras categorias também entraram em greve. O governo somente após dois meses inicia o processo de negociação com os demais setores, com polícia civil e DETRAN apresentando calendário de pagamento de alguns direitos que estavam sendo negados. Isso levou ao final da greve destes setores. Dois setores mantiveram-se em greve: os trabalhadores em educação básica e os professores e funcionários da UERN. Ao se sentir forte com o recuo desses setores, o governo não usa o mesmo método de negociação para a educação e parte para as ameaças de repressão. Após ultrapassarmos os 60 dias de greve, o governo pede a ilegalidade. No dia 13 de julho, o STJ/RN vota, por unanimidade, que a greve é ilegal e abusiva e determina a volta dos trabalhadores em educação sob pena do Sinte pagar uma multa de 10 mil reais por dia. No dia seguinte, os trabalhadores em assembleia, com grande número de participantes, expressam sua revolta contra a justiça burguesa. A resposta por unanimidade foi a continuidade da greve.

A direção do Sinte/PT, que pretendia levar a categoria à aprovação do fim da greve, recuou não tendo coragem de defender o retorno às aulas. No entanto, continuava sabotando os encaminhamentos e as deliberações das assembleias com campanha na mídia respondendo aos ataques do governo, acampamento por tempo indeterminado para pressionar o governo do DEM a negociar, unidade com outros setores em greve, etc. A direção gritava em alto e bom som que “mesmo defendendo a continuidade da greve, defendia também a constitucionalidade”, chamando atenção de que a “com a Justiça não se pega queda de braço”. Daí em diante as manobras eram diversas.

Governo, justiça avançam na repressão

Após os trabalhadores em educação se mostrarem dispostos a enfrentar a Justiça, os ataques avançaram: a promotoria pede o corte de ponto, processo administrativo e demissão em massa de

todos os trabalhadores que não cumprirem a decisão da justiça de voltar ao trabalho, o governo pede aumento da multa para 100 mil reais por dia, suspensão do repasse do sindicato, que todos os gastos com merenda e transporte durante o período da greve sejam pagos pelo sindicato, enfim medidas repressivas que mereciam resposta à altura. Mas diante de tudo isso, a categoria mesmo vendo o zigue-zague da direção, aprovou a continuidade da greve.

Contrariada, a direção do Sinte terminou a assembleia sem colocar para votar os encaminhamentos propostos, que eram de enfrentamento com o governo e justiça. E em suas intervenções implorava à categoria para não tirar nenhuma ação mais avançada como acampamento e dar um voto de credibilidade à direção para que até a próxima assembleia convocasse outros atores como a deputada federal Fátima Bezerra/PT, o deputado estadual Fernando Mineiro/PT e o senador Paulo Davim/PV. Resultado: os “atores” que a direção depositava toda confiança foram todos proibidos de entrar na negociação fajuta criada apenas para receber um ofício onde o governo recebeu apenas a Coordenação Geral do Sinte, impedindo todos os demais de entrar. Na reunião forjada pela direção, o representante do governo reafirmou todas as medidas repressivas. Na assembleia do dia 20, quando completávamos 83 dias de greve, a maior do estado, a direção/PT usou de todas as manobras para que a continuidade da greve não fosse aprovada. Primeiro, mobilizou toda burocracia da secretaria de educação, impediu os trabalhadores de falarem, reduzindo a fala para 05 intervenções, sendo 03 da burocracia e 02 da oposição. Apelou covardemente para a categoria dizendo que a direção podia ser presa por desobediência à justiça, que os salários seriam cortados, enfim aterrorizou a categoria e pôs fim a greve com uma votação apertada.

Não podemos esquecer que as diversas lutas que aconteceram e estão correndo no RN, no cenário nacional e internacional, são expressão da crise econômica do capitalismo em estado de decomposição. Os governos nacionais aplicam o receituário dos agiotas e especuladores financeiros atacando a vida das massas. Na Grécia, Espanha, Egito, etc., as massas foram às ruas em resposta à violência das medidas que aprofundam a fome e a miséria. No Brasil, o governo Dilma/PT e os governos estaduais estão todos submetidos aos interesses do capital internacional e nacional. Violentam a vida das massas para manter e aumentar o lucro desses especuladores.

A Corrente Proletária atuou na greve com boletins chamando a construção da oposição para derrotar a burocracia e a unidade dos movimentos. Defendemos a convocação de um congresso estadual de trabalhadores de todos os setores em greve para dar unidade ao movimento. Os trabalhadores da educação deram provas de valentia classista, revolucionária. Rechaçaram a capitulação da burocracia. Reagiram aos ataques reacionários da Justiça patronal. Não temeram as ameaças do governo. É nesse semeeiro que está nascendo e se fortalecendo a direção revolucionária, expressa pelo Partido Operário Revolucionário.

Rio Grande do Norte

O governo Rosalba e Micarla no primeiro semestre de 2011

O estado do RN e sua capital (Natal) estão totalmente abandonados pelos governos. A educação está sucateada, escolas sem a mínima condição estrutural para a realização das aulas. Professores estaduais em greve há mais de 80 dias, sofrendo ameaças do governo e tendo a justiça e promotoria contra o movimento, chegam a ameaçar até demissão em massa. Na saúde os postos de saúde, UPAs, centros especialistas, todos sem funcionamento ou funcionando precariamente sem materiais básicos de procedimento como: luvas, esparadrapo, material de limpeza, etc. Não há diferença no hábito estadual os hospitais regionais estão superlotados, pacientes amontoados nos corredores, no Hospital Deoclécio Marques em Parnamirim pacientes estão internados deitados em papelões estendidos no chão. Não há leitos, nem enfermarias, pacientes esperando nos corredores 20, 30 dias por uma cirurgia ortopédica. Pediatrias em todo o estado estão sendo fechadas, deixando as crianças morrerem à míngua sem atendimento.

O funcionalismo estadual sofre os ataques do governo Rosalba que entra na justiça e consegue decretar a ilegalidade da greve de algumas categorias que foram obrigadas a sair do movimento sem ter suas reivindicações atendidas. Em Natal, o mesmo instrumento da Justiça é usado para decretar a ilegalidade das greves e perseguir o funcionalismo. Salários defasados abaixo do mínimo para a vida, plano de carreira e salários que não são atendidos, retiradas de direitos, falta de profissionais e sobrecarregando os poucos que ainda restam, sucateamento e privatização (terceirização) dos serviços públicos e desvio de recursos públicos para setores privados.

O estado do RN já gastou 22,3 milhões desde 2009 até agora para a Copa do Mundo de 2014. É previsto o gasto total de 5,07 bilhões. Só com confecções de projetos básicos e maquetes virtuais em 3D, o estado gastou 13 milhões. Natal investiu 9,3 milhões em ações voltadas para a Copa, isto para um município que não tem recursos para serem investidos nos serviços de atendimento ao público, a população trabalhadora.

Neste quadro, a desaprovação dos governos Rosalba/DEM e Micarla/PV só faz aumentar. Em questionário publicado pelo instituto Certus, a desaprovação de Rosalba é de 55,6% e a de Micarla é de 88,6%, o que reflete a insatisfação da população que não tem saúde, educação, segurança, salário digno. Mas pra alienar as massas, Rosalba e Micarla usam mais um instrumento burguês, que é a igreja.



Igreja e Governo montam show para alienar as massas

Dia 16 de julho, na praia do meio, em Natal/RN, a banda gospel Diante do Trono, que conta com cerca de 50 integrantes, realizou, com o apoio do governo do estado, da prefeitura de Natal e da comunidade evangélica, um Mega show e gravação do seu DVD.

Para o evento, foram gastos R\$ 80 mil dos cofres públicos justificados como "inclusão social". A estrutura do evento contava com a participação de 100 mil pessoas, também com uma estrutura de propaganda e marketing para todo o país. No momento, seria inaugurado o monumento a "Bíblia Sagrada", do projeto de lei 116/11 do vereador Albert Dickson, cujo custo saiu também dos cofres públicos.

Os governos Rosalba e Micarla usam a Igreja para alienar a população

Presenteiam com um show o povo para que ele não veja os ataques do governo burguês. A igreja mostra claramente o seu caráter de classe. Apoiada pelos governos capitalistas se utiliza de recursos públicos que eram para ser gastos com as necessidades vitais da classe trabalhadora.

Na historia do capitalismo, a igreja, como superestrutura ideológica de classe dominante e opressora, se apresenta de mãos dadas com a burguesia, que diariamente atenta contra a vida das massas. Utiliza-se do "evangelho de Jesus Cristo" como argumento para o enriquecimento pessoal e manutenção do sistema atual.



O Partido Operário Revolucionário (POR) lutou pelo rompimento da UNE com o governo

I. Burocratização e estatização da UNE

O 52º Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune) aconteceu de 13 a 17 de julho de 2011. De acordo com os organizadores, “oito mil estudantes de todo o Brasil participaram do Congresso em Goiânia, que em sua etapa preparatória nos estados reuniu os votos de mais de 1,5 milhão de alunos de universidades públicas e particulares. Houve, no total, votação em 97% das universidades de todo o país”.

Para além dos números oficiais, a tarefa desse balanço será avaliar o saldo político do Congresso, que deveria servir para preparar politicamente a juventude universitária com um programa que tivesse como eixo a defesa da Educação pública, contra o avanço do ensino privado. Para isso, além das resoluções políticas, o Congresso deveria aprovar um calendário de lutas capaz de mobilizar massivamente os estudantes. No plano organizativo, o Conune tinha como tarefa discutir a democracia interna e a questão da independência política da entidade. A eleição da diretoria deveria expressar as posições político-programáticas.

Em nossa avaliação, devido ao alto grau de burocratização da UNE, controlada há anos pela União da Juventude Socialista (UJS), corrente estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o congresso manteria a entidade atrelada ao governo federal, sem um programa de combate ao ensino particular e a direção majoritária não perderia seu posto. Em relação ao Plano Nacional da Educação (PNE/2011-2020), a resolução aprovada seria de apoio, com alguns remendos inexpressivos só para justificar uma suposta posição de independência ao governo.

Ao final do 52º Conune, podemos dizer: confirmaram-se os nossos prognósticos principais. A UNE permanece no campo do governismo, apesar dos esforços da UJS e grupos satélites em negar que a entidade fosse “chapa branca”; as resoluções políticas continuam apontando para a coexistência pacífica do ensino público com o privado, sem considerar o crescimento canceroso das particulares e nenhum passo concreto foi dado no sentido de democratizar a entidade.

A **Corrente Proletária Estudantil (POR)** interveio no 52º Congresso defendendo dois pontos principais, que constavam em nosso material agitado: 1) Que a UNE rompesse com o governo de Dilma e 2) Que a entidade rejeitasse o PNE privatista e excludente. Combatemos a burocratização denunciando a ditadura da UJS e defendendo a formação de uma poderosa fração revolucionária, baseada num programa unitário discutido na base e deliberado democraticamente.

II. O período de pré-congresso

A enorme representatividade da UNE deve ser o primeiro ponto dessa discussão. A análise dos números (1,5 milhão de estudantes, 97% das universidades) pode conduzir a um erro fundamental, afinal, não revelam quase nada sobre a maneira como a entidade se relaciona com as bases. Na prática, trata-se de avaliar qual é a participação da entidade no cotidiano das universidades e, em especial, como foi o processo de eleição dos delegados ao



52º Conune.

O que temos visto é uma atuação diferenciada entre as públicas e pagas. Não em termos de política, mas em relação ao empenho, à ênfase do trabalho da entidade. Nas públicas, a presença e a força da direção majoritária são menores. Ou, pelo menos, podemos dizer que o enfrentamento com os diferentes grupos opositores é maior. O fato é que a intervenção da UNE se concentra nas instituições privadas.

A linha seguida pela entidade é de comparecer como intermediadora entre o estudante e a direção da faculdade. É a chamada “política do diálogo”, cuja orientação é buscar primeiro um entendimento com as burocracias das instituições de ensino. Com isso, o debate coletivo com os estudantes e a mobilização pelos problemas são colocados em segundo plano. O objetivo é se projetar como representante, apontando soluções individuais, como uma espécie de “assessoria jurídica”.

Com isso, a direção da UNE naturaliza a relação de clientela entre as instituições privadas e os estudantes, como se seus interesses fossem conciliáveis. Omite-se a contradição entre a Educação como um direito democrático e como uma mercadoria. Os proprietários buscarão sempre aumentar seus lucros, o que leva ao sucateamento e até ao impedimento do estudante de continuar cursando.

A “política do diálogo” alimenta ilusões de que não é necessária a luta massiva e radicalizada para arrancar das diretorias das faculdades as reivindicações dos estudantes. Pior ainda: a própria existência do ensino pago passa a ser vista como uma realidade dada, contra a qual é impossível lutar, restando à juventude universitária se contentar com as migalhas oferecidas.

É com esse tipo de atuação que a UJS (e correntes adjacentes) aproxima estudantes e constrói a sua base. Isso, na melhor das hipóteses, pois o que vemos normalmente é a ausência de debates que expressem os problemas da universidade e as lutas. Predominam as festas e a despolitização. As relações pessoais são usadas como mecanismo de arregimentação, se adaptando e alimentando o sentimento geral dos estudantes de repulsa à política.

As eleições de delegados para esse Congresso demonstraram mais uma vez essas práticas. São inúmeras as denúncias de frau-

des, de listas de eleição passadas às pressas, de delegados tirados em reuniões de diretoria, tudo às costas dos estudantes. O comportamento da base dessas correntes nos congressos só corrobora com essas afirmações: a dispersão durante os grupos de discussão (GDs) e plenárias finais, estudantes embriagados e sonolentos devido às noites seguidas de festas.

Nas universidades públicas, o quadro não é muito diferente. Onde esses mesmos grupos atuam, o vale-tudo para eleger delegados também prevalece. O problema é que a intervenção das oposições é bastante parecida. A realização de debates para se diferenciar da direção majoritária segue uma lógica pró-forma e repetem-se as práticas despolitizadas. Na USP, onde o P-Sol é mais forte, por exemplo, ocorreram pouquíssimos debates sobre as teses. No geral, a UNE é bastante rechaçada por seu histórico de distanciamento da base.

Outros grupos oposicionistas vão além. A União da Juventude Rebelião (UJR), corrente estudantil do PCR (Partido Comunista Revolucionário), chegou a tomar um posto de delegado da Corrente Proletária Estudantil. Na Ufscar-Sorocaba (SP), a UJR montou uma frente com independentes no processo eleitoral para o Conune. Uma companheira dessa frente, durante o processo, foi se aproximando cada vez mais de nossa política. Quando percebeu, a UJR passou a boicotar a camarada, mesmo depois de terem sido eleitos os delegados. Como a abandonaram, imaginavam que sequer fosse à Goiânia. Sendo assim, credenciaram descaradamente outra pessoa em seu lugar. Quando questionados por nossos militantes, responderam que “foi um erro”, mas que “nada mais poderia ser feito”.

III. Desorganização, indisciplina e despolitização

Desde a chegada na Praça Universitária, em Goiânia, local que concentrou boa parte das atividades, reinaram a confusão e desinformação. A abertura do congresso foi vista por pouquíssimos estudantes. Não havia uma indicação sequer de onde seria o credenciamento dos delegados e observadores. Nada era confirmado sobre os alojamentos, mesmo depois de ter sido superado o obstáculo do credenciamento. Ou seja, mesmo após pagar as inscrições para o encontro, os estudantes permaneciam sem informações sobre onde iriam dormir.

Sem dúvida, de todas as questões organizativas a dos alojamentos foi a que mais atrapalhou o andamento do congresso... para a oposição. A UJS não teve problemas para se abrigar. Coincidência? Evidentemente não. A velha tática de despejar a oposição em locais apertados, distantes e com condução precária foi empregada novamente pela direção majoritária. O critério de separação dos alojamentos por força política conduz a esse tipo de absurdo. Alguns agrupamentos inteiros ficaram até em cidades vizinhas, impedindo a participação nos GDs da quinta-feira.

Os valores das inscrições tinham um caráter impeditivo (para os que pagavam no ato da inscrição era R\$100,00 para delegados; e R\$200,00 para observadores). É conhecida a prática aparelhista de utilizar os recursos das entidades estudantis para financiar as atividades das correntes sem discutir com a base e sem passar pela deliberação das instâncias legítimas do movimento. Os estudantes independentes e sem recursos, que não compactuam com tais métodos aparelhistas, acabavam excluídos.

Outro problema foi a realização de GDs simultâneos com temas diferentes. As organizações políticas até poderiam garantir

sua opinião em mais GDs ao dividir tarefas. Mas e o estudante independente que quisesse participar da discussão sobre assistência estudantil e solidariedade internacional, por exemplo? Não poderia, a não ser que rompesse uma das leis fundamentais da Física e pudesse estar em dois locais ao mesmo tempo.

Os atrasos eram constantes, diminuindo o tempo de discussão, que já era reduzido. A indisciplina contribui para a despolitização dos fóruns e constitui um desrespeito com os estudantes interessados em debater politicamente os problemas da universidade e da juventude em geral.

IV. Presença dos governantes no Congresso

A estrela da atividade da manhã de quinta-feira (14/07/11), o II Encontro nacional dos estudantes do Prouni, foi o ex-presidente Lula. Antes dele falaram o prefeito de Goiânia (Paulo Garcia), o presidente da UNE (Augusto Chagas), o presidente da UBES (Yann Evanovick), uma diretora do DCE da Uninove em nome dos prounistas (Vanessa Castilho) e o ministro da Educação (Fernando Haddad). Destaca-se a forte presença do oficialismo na composição da mesa.

Vestindo a carapuça, o presidente da UNE, o ministro Haddad e o próprio Lula acabaram colocando em destaque a discussão sobre se a UNE é “chapa-branca” ou não. O debate fora suscitado por um artigo escrito pelo Jornal O Globo, que problematizava o recebimento de dinheiro da entidade pelo governo para fazer seu congresso.

O patrocínio veio de estatais como a Petrobras, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, além dos ministérios do Transporte (envolvido em escândalos de corrupção), Turismo, Saúde, Esporte e Educação, além do apoio da Prefeitura de Goiânia, do Governo de Goiás e da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Em sua fala, Haddad nos presenteou com a seguinte pérola: “Algumas pessoas acham que é possível comprar consciência com alguns trocados. Estudantes não se vendem por dinheiro nenhum”. E agora milhões de reais viraram alguns trocados? Embora os valores oficiais do balanço financeiro do congresso ainda não tenham sido publicados, a estimativa é de que foram recebidos cerca de três milhões do governo.

E a questão deu o que falar na imprensa. Em entrevista dada ao periódico *O Globo*, Chagas afirmou que “a destinação de dinheiro do governo para os eventos da UNE não são novidade e nem começou no governo do petista, em 2003. Segundo o presidente da entidade, o Congresso da UNE de 1989, realizado na Bahia, recebeu verbas do governo baiano, então comandado pelo PFL, atual DEM”.

O novo presidente da entidade, Daniel Iliescu, em entrevista já citada à Carta Maior, deu declaração mais prudente: “A nossa gestão vai procurar, em primeiro lugar, ter uma relação de independência com o governo federal. É uma relação que a UNE desenvolve historicamente com todo e qualquer governo”. A sua fórmula mais genérica (“todo e qualquer governo”) não é capaz de esconder o comprometimento político-ideológico da entidade pela via da perda da independência financeira.

Daniel continua: “A UNE tem obrigação de se relacionar com os governos, em respeito aos interesses dos estudantes pelos quais ela luta. E as principais opiniões que a gente tem levantado, as principais campanhas em que a UNE tem apostado, são opiniões de dissenso em relação ao governo”. A obrigação da UNE

não é se relacionar com os governos, e sim com os estudantes, mobilizá-los para conquistar suas reivindicações. Os governos são instrumentos da burguesia, exercem o poder do Estado para manter a exploração das massas e promover os interesses dos exploradores.

Se o decurso de uma luta nos obriga a sentar numa mesa de negociação com o governo, isso se dá como consequência da correlação de forças. Nada tem a ver com o método de negociações de cúpula de que a UNE faz uso corrente. Mesmo quando somos obrigados a negociar, o fazemos nos baseando em decisões coletivas e na ação direta.

O autofinanciamento é condição para a independência política. As contribuições dos estudantes, as campanhas de arrecadação e venda de materiais são mecanismos que tradicionalmente são utilizados pelos movimentos sociais autônomos, que prezam pela liberdade de crítica e não se curvam diante dos governos e classe dominante. Quanto maior é a legitimidade e inserção da política da direção, a tendência é de que maior seja a quantidade de recursos que fluem da base para a entidade.

V. A política de Lula e Dilma para o ensino superior Prouni empresarial

A direção da UNE fez a defesa do Prouni juntamente com o governo. Sentiu-se incomodada com as críticas e procurou desmoralizá-las.

O tom de ataque dominou o discurso de justificativa do Prouni. As explicações eram que “agora o filho do pedreiro vai poder virar doutor”, “quem é contra o programa é playboy” etc. Outra alegação era de que se tratava de um programa emergencial, ou seja, era o possível de ser feito no momento, dadas as circunstâncias. A defesa do Prouni vinha acompanhada de duas ressalvas: que o programa deveria ser estendido e que seria necessário o aumento de verbas para permanência. Coloca-se ainda que o programa tem servido para garantir a qualidade das particulares, já que as instituições inscritas precisam se submeter às avaliações. Por fim, se dizia que os contrários ao Prouni eram contra os estudantes prounistas.

O fato é que a minoria dos “filhos de pedreiros e lavadeiras” desse país ingressa no ensino médio. No ensino fundamental, em 2009, havia por volta de 32 milhões de alunos matriculados. No ensino médio, o número caía para 8 milhões, aproximadamente. Os números são insuficientes para demonstrar o que acontece com os 24 milhões de jovens que somem na diferença de um dado para o outro. Mas sabemos que o subemprego, a marginalidade e outros destinos se apresentam para cobrir esse espaço.

A acusação de que os contrários ao Prouni são “playboys” é imbecil e despolitizada. A ideia que o governo pretende transmitir é de que seu programa é inclusivo. Chega a insinuar que cursar o nível superior agora é uma questão de vontade, numa tentativa de transferir a responsabilidade da exclusão para os próprios jovens, como se a parte do governo tivesse sido cumprida. Foi exatamente esse o tom do discurso dos governistas e do próprio Lula.

A pretensa democratização do ensino superior é, na verdade, um mecanismo de favorecimento dos capitalistas do ensino particular. O apoio vem através da isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social

e da Contribuição para o Programa de Integração Social.

De acordo com Roberto Leher, em artigo de 2005, na Revista nº 34 da Adusp, a previsão era de que as dispensas poderiam atingir a cifra de R\$ 2,7 bilhões. Os dados do governo, entretanto, são bem distintos: para o mesmo ano citado por Leher, o valor da renúncia fiscal é de R\$ 106,7 milhões. Dinheiro que poderia ser investido nas universidades públicas.

Lula fez a defesa de sua política privatista no Congresso.

Deu a entender que antes defendia a Educação pública e gratuita à juventude, mas que, num certo momento, diante do *boom* das faculdades particulares, percebeu que as reivindicações deveriam estar voltadas aos estudantes das pagas. O argumento aparentemente é lógico. Porém, esconde um pressuposto importante de sua política, que é seguido pela direção da UNE: a manutenção da coexistência do ensino público com o privado e o apoio à mercantilização.

A Educação, quando passa a ser tratada como mercadoria, responde às leis gerais de funcionamento do capitalismo. Precisa expandir, pois o capital não pode ficar estagnado, caso contrário se desvaloriza. Ao crescer, abocanha outros grupos empresariais (fusões, falências etc.) e concentra mercado. As instituições públicas passam a sofrer a pressão do crescimento canceroso das pagas. O capitalista da Educação vê o estudante da pública como um desperdício, como um pagante em potencial.

A farsa do Reuni

Quando fazemos essa crítica – e a fizemos com vigor no Conune –, os diretores da entidade estudantil se esquivam e recorrem a dois argumentos: um que “foi o que se pôde arranjar”; o outro é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Isto é, para que ninguém dissesse que abandonou o ensino público e para dissimular sua atitude pró-patronal, o governo federal lançou mão do Reuni.

Esse programa expandiu o número de vagas sem os recursos necessários e sem tocar nas instituições privadas, e aumentou a ingerência do governo sobre as universidades. Tanto é que um de seus pilares é a elevação gradual da “relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (de acordo com o Art. 1º, § 1º do decreto Nº 6.096/2007). **A ideia é simples: quer criar mais vagas? Coloque mais umas carteiras na sala de aula e deixe que o professor se vire. É evidente a precarização da carreira docente e o sucateamento geral das universidades que serão atingidos por essa via.**

As reformas curriculares e a reorganização de cursos, propostas pelo Reuni, seguem a mesma linha. Nenhum debate aprofundado com os que estudam e trabalham tem sido realizado para implantar tais reformas. E não poderia ser diferente, pois não respondem a um anseio que parte daqueles diretamente envolvidos no processo educacional. São medidas de enxugamento que visam a viabilizar o milagre de abrir novas vagas sem grandes mudanças estruturais.

Ao colocar lado a lado o Prouni e o Reuni, percebemos com maior clareza a orientação geral da política do PT para a educação superior: destinar rios de dinheiro para os capitalistas da Educação e empreender medidas de enxugamento nas públicas federais para fazer demagogia de democratização da Educação. Assim, a linha geral mostra-se privatista, de apoio à mercantiliza-

ção da Educação brasileira.

VI. A regulamentação do ensino privado

A UNE, diante da orientação mercantil do governo do qual faz parte (o PCdoB ocupa postos no Estado), precisa tentar, ao menos, disfarçar essa posição para demarcar posição e posar de independente. Sendo assim, utiliza a bandeira de regulamentação do ensino privado, que implica impor limites à atuação das faculdades pagas. O governo, por seu turno, também afirma ser a favor da regulamentação. Fica claro que não há distinção entre as políticas.

A direção da entidade inflama seu discurso defendendo garantias quanto à qualidade do ensino. Sabe muito bem que o conceito de qualidade é manejável. Dessa maneira, conclui defendendo junto ao governo as avaliações externas. O governo Lula instituiu o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que é mais um item da Reforma Universitária. O Enade substituiu o antigo Provão, que foi duramente rechaçado pelos estudantes universitários pelo país afora.

O fundamental, no entanto, é que a ideia de regulamentação pressupõe a existência do ensino privado. Trata-se de uma bandeira que revela, sem possibilidade de disfarces, a negação da luta contra a mercantilização da Educação. O que ocorre também com o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que não passa de um instrumento de endividamento da juventude que não tem como pagar as mensalidades absurdamente altas, favorecendo bancos e garantindo a entrada de dinheiro nos cofres das universidades privadas. Lula e Haddad gastaram muita saliva no Conune tentando convencer os estudantes que os créditos oferecidos têm boas possibilidades para serem saldados. Até pareciam gerentes de banco vendendo os seus “serviços”...

VII. Campanha pelos 10% do PIB e 50% do Fundo Social Pré-sal para a Educação

Ainda sentindo a necessidade de se diferenciar do governo, a direção da UNE tem feito campanha principalmente em torno dos 10% do PIB para a Educação até 2014 – lembrando que o PNE de Dilma aponta 7% só para 2020. Com isso, a entidade abandona a luta pelo financiamento integral da Educação, calculado por estudantes e trabalhadores de acordo com suas reais necessidades. Contra essa acusação, os burocratas recorrem à mesma desculpa de sempre: “é o possível de se conquistar”, escondendo a própria indisposição de lutar contra o governo.

O maior problema da reivindicação dos 10% é que desvia os estudantes do combate contra o ensino privado. Não há dúvidas que a reivindicação de mais verbas poderia jogar um papel progressista, caso expressasse a luta pelo fim do sistema privado de ensino. Mas quando substitui o programa de expropriação sem indenização das particulares se torna distracionista. O atual presidente da UNE, Daniel Iliescu, afirmou à Carta Maior que “10% do PIB é uma bandeira muito poderosa, que pode se tornar a bandeira de todo o país, não é uma bandeira corporativa, só do movimento educacional. É uma bandeira que tem relação com o projeto de futuro que a gente quer debater para o Brasil”. Acabou revelando o fundo nacional-desenvolvimentista, que é uma variante da política burguesa, de seu discurso. O mesmo se dá em relação à consigna de 50% do Fundo Social Pré-sal para a Educação.

VIII. Plenárias finais – resoluções e eleição da direção

As plenária finais (sábado e domingo) começaram extremamente atrasadas e foram absolutamente formais, afinal, o domínio da UJS era evidentiíssimo. É bem verdade que o PCdoB continua contando com as correntes estudantis Mutirão (Partido Pátria Livre, antigo MR-8) e Kizomba (Democracia Socialista-PT). Sem o apoio desses agrupamentos passaria apuros, embora possivelmente manteria sua vantagem numérica.

As resoluções eram lidas monotonamente. As votações foram apenas três: conjuntura, Educação e movimento estudantil. Apesar das propostas serem defendidas em microfone, ninguém acreditava realmente que a enorme massa de manobra do bloco UJS/Mutirão/Kizomba pudesse ser convencida.

O conteúdo das resoluções aprovadas não surpreende: apoio ao governo, com disfarces de autonomia; o Brasil depois de Lula mudou radicalmente para melhor; a UNE tem jogado um papel decisivo na consolidação da democracia brasileira, entre outras.

A eleição da direção seguiu o mesmo ritmo, sem grandes surpresas. De acordo com as informações da direção, “a chapa de Daniel Iliescu, ‘Movimento estudantil unificado para as mudanças do Brasil’, foi eleita com 2.369 mil votos, o que representa 75,4% dos votos dos 3.138 delegados credenciados que votaram no 52º Congresso. Concorreram também as chapas, ‘Oposição de Esquerda’ (18,5% - 581 votos), ‘MUDE - Movimento UNE democrático’ (5,8% 183 votos) e ‘Por uma nova UNE’ (0,1% - 5 votos)”.

Destaca-se o papel da dita “oposição de esquerda”, que fez algum barulho, mas nada pôde alterar. Na prática, reuniu o P-Sol (com os coletivos Rompendo as Amarras, Vamos à luta, Levante, Juntos! e Contraponto), PCR e uma parte do PT (Articulação de Esquerda e O Trabalho). O caráter dessa oposição é reformista, não se coloca como oposição revolucionária, visto que não defendem a necessidade de um programa de luta contra o ensino privado.

Não havia uma oposição unificada, com programa, materiais e chapa decididos democraticamente em uma plenária. Se houvesse, poderia jogar um papel progressista no combate à burocracia. Porém, esses agrupamentos não querem realmente uma unidade programática e combativa. Estão, na verdade, lutando para conquistar cargos na direção. Não se colocam a tarefa de destruir a burocracia que controla a entidade há anos.

Mostrou-se mais uma vez o problema da ausência do PSTU e outros grupos, que assumiram a política divisionista. Poderiam estar dentro da UNE, compondo uma poderosa fração revolucionária para combater a burocracia, mas se nega a cumprir essa tarefa tão importante para que o movimento estudantil brasileiro possa avançar.

O 52º congresso burocrático e governista da UNE expressa a profunda crise de direção política porque atravessa o proletariado. O que reflete no movimento da pequena burguesia estudantil e da juventude em geral. Não há outro caminho senão combater pelo programa revolucionário para a educação.

O POR lutou no 52º Congresso em defesa da ruptura da UNE com o governo, por sua desestatização, pela implantação da democracia proletária e pelo programa de expropriação das empresas privadas e escolas confessionais, pela constituição de um sistema único público, gratuito, sob o controle coletivo e vinculado à produção social. A premissa de que se trata de superar a crise de direção construindo o partido revolucionário se espelhou no 52º Congresso da UNE.

Considerações sobre as resoluções do 1º Congresso Nacional da Anel

Com a publicação do Caderno de Resoluções aprovadas, temos uma visão mais completa das discussões e decisões do Congresso. Antes de passar às considerações críticas, é preciso que se diga que o Congresso permitiu que todas as correntes e delegados apresentassem suas posições para votação. O PSTU, no entanto, compareceu com uma força amplamente hegemônica. Contava com a garantia total de que o Congresso expressaria sua política. Tudo foi preparado para que o 1º Congresso desse a impressão de que a cisão com a UNE foi uma medida acertada. A avaliação existista do Jornal Opinião Socialista vem nesse sentido. Era preciso confirmar o rompimento com a UNE. A presença de delegados da maioria dos estados, sem dúvida, foi importante para a política do PSTU de constituição de uma nova organização ao lado da UNE. Fato esse, porém, que não expressou uma ampla representação das bases estudantis.

O Congresso se caracterizou por reunir a vanguarda de esquerda. Tal característica demonstra que a cisão com a UNE não resultou da atividade política das massas estudantis e não refletiu uma tendência de ruptura em seu seio. É sintomático que a principal reivindicação defendida pelo PSTU e pelas correntes satélites foi a de fazer uma campanha por um plebiscito em favor da aplicação de 10% do PIB à educação. Bandeira essa que converge a Anel com a UNE.

Certamente, não desconhecemos as diferenças com as diretrizes do estalinismo (PCdoB) e do pseudo-reformismo (PT), cuja posição é de apoio ao governo burguês de Dilma Rousseff e de defesa do Plano Nacional de Educação (PNE). Em nosso entendimento, a luta deveria se dar no interior do 52º Congresso da UNE. A Anel poderia funcionar como uma frente única de organização das lutas estudantis e pela derrocada da direção pró-governista da UNE. Tudo indica que a divisão não contribui para derrotar a política burguesa encarnada pelo PCdoB e PT. É preciso lembrar que a corrente estudantil do PSTU foi a terceira força no interior da UNE.

Mas vejamos as resoluções, cujo conteúdo refletiu a fraqueza originária da Anel. O Caderno de Resoluções revela que o temário e as discussões foram abrangentes. O Congresso aprovou um grande número de resoluções. Não há dúvida de que a heterogeneidade é própria de um Congresso sindical, principalmente estudantil. É bom assinalar, não obstante, que a amplitude da heterogeneidade prejudica a clareza dos problemas fundamentais. O Congresso não separou o principal do secundário. Embora se tenham classificado os temas por itens, o Caderno de Resoluções se caracteriza por um amontoado de deliberações. Em nosso entender, isso se deve à direção dada pelo PSTU ao Congresso. Procurou-se acomodar as posições e formulações. Não se tinha o propósito definido de se aprovar um programa coerente, as bandeiras fundamentais e as tarefas para o próximo período. Assim, reivindicações secundárias se sobrepõem a fundamentos estratégicos, reivindicações essenciais se misturam com as confusas e de valor duvidoso.

O militante e o leitor rigorosos poderão constatar essa característica no Caderno de Resoluções. Basta apenas que se detenham nas resoluções sobre a conjuntura nacional para se verificar que se trata de um agregado de reivindicações sem nexos umas com as outras. Temos a impressão de que o PSTU concebeu um Congresso para agradar gregos e troianos. Não se teve a orientação de marcar o 1º Congresso da Anel com um programa claro e consistente, cujas bandeiras e tarefas servissem à ação coletiva da vanguarda no seio das massas estudantis.

Inúmeras foram as resoluções, mas vamos limitar nossas considerações aos temas da educação e do movimento estudantil.

1. Sobre a Universidade e educação

O Congresso não foi orientado a fazer uma caracterização das contradições essenciais, de forma a extrair as resoluções de acordo com sua importância. Não se determinou que a privatização da universidade e o processo monopolista de concentração empresarial do setor constituem o ponto de partida da luta democrática pelo ensino público, gratuito e laico. Não foi capaz de reconhecer a decadência da escola burguesa e as causas determinantes. Não identificou o caráter de classe e a impossibilidade da maioria oprimida de ter acesso ao ensino e continuar os estudos.

O fato de não se pôr em relevo esse fenômeno demonstra a ausência do programa estratégico de expropriação revolucionária do sistema privado e constituição do sistema único gratuito. A resolução que proclama a defesa de *“uma educação pública, gratuita, laica, democrática e a serviço dos trabalhadores”* não estabelece a tarefa de expropriar a propriedade privada. Observamos a insistência do qualificativo de *“educação pública de qualidade para a classe trabalhadora”*. Essa posição explica por que o Congresso se limitou a proposições reformistas e se negou a enfrentar a tarefa revolucionária de liquidação do sistema privado e confessional. *“Escola de qualidade e para os trabalhadores”* no capitalismo é uma miragem. Serve tão somente para as diversas tendências do reformismo fazerem proselitismo em torno de reformas e melhorias da escola burguesa.

Em meio a uma lista de reivindicações desconexas e até contraditórias, foi inserida a *“estatização sem indenização do ensino privado”*. Admitiu-se, inclusive, na lista, a abominável bandeira de *“por uma avaliação de verdade”*. Agregou-se a bandeira utópica e demagógica de *“expansão com qualidade”*. Aceitaram-se perfumarias como *“tripé ensino-pesquisa-extensão, reformas curriculares para garantir uma formação profissional crítica”*. Assimilaram-se posições derivadas da política governamental e de Estado, a exemplo *“avaliação dos cursos em todos os seus aspectos, avaliação docente feita pelos alunos, estágio com direitos trabalhistas associados à formação profissional, formação docente crítica do ponto de vista político, social, ambiental e cultural através da qualificação e capacitação do profissional docente e pela valorização da sua carreira”*. Por outro lado, se minimiza um dos maiores ataques à escola, que é o ensino a distância. Mereceu do Congresso a genérica e raquítica formulação: *“Não ao ensino a distância (EAD)”*.

Quanto à democracia universitária, as bandeiras não ultrapassam as antigas proposições do reformismo, do estalinismo e de setores da burocracia acadêmica. Eis: *“eleição direta para reitor e cargos de direção, garantia da autonomia universitária, concursos públicos transparentes nas escolhas dos docentes, paridade em todos os órgãos colegiados, incorporando uma luta por uma democracia radical nas universidades baseada em assembleias gerais da comunidade”*, entre outras. Como se vê, o Congresso não colocou-se pelo governo tripartite da universidade, pela representação decidida pelo voto universal e pela soberania da assembleia universitária. Ou seja, não aprovou um programa de democracia e autonomia universitárias que liquide o poder da burocracia e estabeleça o controle coletivo do ensino.

Quanto à rejeição do PNE do governo Dilma, o Congresso faz a defesa do PNE aprovado na Conferência Nacional de Educação (Co-

nae), sem submetê-lo a qualquer crítica. Esse tal de “PNE elaborado pela sociedade civil” é defendido pela UNE, CNTE, PCdoB, PSOL e a burocracia sindical petista. E por quê? Porque contém palavreados como: 10% para a educação, ensino público com qualidade, expansão com qualidade, avaliação democrática, verbas públicas para o ensino público e outras panacéias do reformismo. Ocultam o essencial desse “PNE da sociedade civil”, que é a preservação da coexistência do ensino privado com o público e os privilégios da Igreja.

2. Sobre o movimento estudantil

Não poderia ser outra a resolução de que “a estratégia de ‘disputar a UNE por dentro’ se demonstra cada vez mais estéril” e que a UNE “engessada pelo controle institucional do governo inviabiliza por inteiro que floresça um pólo combativo em seu interior”. Evidentemente, não havia necessidade de auto-afirmação, uma vez que o Congresso não foi convocado para uma avaliação sobre a divisão da UNE e assim se colocar em votação a manutenção ou não da Anel como organização paralela. Os dois aspectos da resolução não se correspondem. Se é verdade que a UNE está engessada, não é correta a conclusão de que não é possível lutar pela derrocada da direção estalinista e reformista que a estatizou.

A formulação “disputar a UNE por dentro” é aparelhista, bem apropriada à ala esquerda do reformismo e do oportunismo. A tarefa consiste em derrotar no seio das massas estudantis a política colaboracionista, estatizante e burocrática da aliança PCdoB e PT. O enfrentamento com a burocracia dessas correntes não se dará a partir dos congressos controlados, despolitizados e manietados.

A constituição da direção revolucionária do movimento estudantil, portanto, proletária, se processará por meio de uma fração que encarne o programa para a educação, os métodos de luta baseados na ação direta e a estratégia da revolução social. A Anel cumpriria um papel progressivo se se constituísse como organismo de frente única para combater pela independência e democracia da UNE, por um programa de transformação da educação e pelas reivindicações que unificam os estudantes. Estaria se colocando por uma fração revolucionária em defesa da recuperação da UNE para o controle das bases.

Trata-se de uma falácia a afirmação de que o Congresso “definiu uma nova concepção do ME”. E que, portanto, “a Anel nasce resgatando 4 princípios fundamentais que a UNE abandonou: independência, classismo, ação direta e democracia”. O redator dessa formulação deveria nos comprovar quando foi que a UNE se baseou nesses princípios. O passado histórico da UNE está marcado pela política pequeno-burguesa de adaptação ao Estado, ou de apoio a governos ou de oposição democratizante. A independência e democracia da UNE se deu em momentos raros devido a pressão das lutas, principalmente no período final da ditadura militar. Logo foi aparelhada pelo reformismo e pelo estalinismo.

Certamente, o processo de integração da UNE na política burguesa não se deu por igual, nem no mesmo grau nos distintos períodos que atravessou. O correto é identificar a escalada da burocratização e da estatização com a ascensão do PT ao poder, constituindo o governo de Lula. A pior coisa que se pode fazer diante da grave situação como a da estatização da UNE e da cisão promovida pelo PSTU é desconhecer a verdade histórica.

A superficialidade como é tratado o “engessamento” da UNE expõe a incompreensão do PSTU do fenômeno da burocratização e estatização das organizações de massa na época do imperialismo. A resolução apresenta algumas fórmulas organizativas como a descoberta de “uma nova concepção de ME” e como antídoto à “burocratização, o afastamento da base e ao aparelhamento por qualquer organização política”.

Ou seja, o “funcionamento a partir das Assembleias Nacional e Estaduais”, seguindo normas estatutárias, garantirão os 4 princípios. Se fosse assim, a solução desse problema estratégico seria simples e facilmente equacionada. Porém, não passam de receitas organizativas.

A burocratização da UNE e do conjunto das organizações sindicais expressam a crise de direção do proletariado, cujas raízes estão no revisionismo estalinista e cujos resultados se manifestam na destruição das conquistas revolucionárias dos explorados. Não podemos no limite dessas considerações desenvolver essa constatação. Basta assinalá-la como ponto de partida para se explicar o profundo retrocesso que se abateu sobre as organizações sindicais e partidárias. Não por acaso, o PCdoB estalinista surgiu como uma fração do PCB, reivindicando a luta armada e promovendo a experiência foquista e acabou como um partido corrompido no seio do Estado. Combateu o surgimento do PT e da CUT, mas logo se tornou capacho do petismo e seu apêndice no aparato burocrático. O atraso da classe operária de construir seu partido revolucionário permitiu o avanço da política de conciliação e da estatização sindical.

Como se vê, a independência, classismo, ação direta e democracia dependem de superar a crise de direção, constituindo o partido da revolução proletária. As organizações de massa serão arrancadas do poder das direções pró-capitalistas por meio da luta de classes e do programa operário. Nenhuma fórmula organizativa preencherá essa tarefa.

A resolução sobre o trabalho de base objetiva superar “um esvaziamento, que conduz ao afastamento de seus ativistas do cotidiano dos estudantes”. Nesse ponto, vemos o quanto é velha a “nova concepção de ME”. Atribuiu-se ao esvaziamento e ao afastamento dos ativistas do cotidiano dos estudantes a “ausência da vida social das escolas e cursos”. Entende-se por vida social “jogos de fim de semana, festas, etc.”. Condenam os ativistas que desprezam a “vida acadêmica”. O trabalho de base, portanto, começa por montar “grupos de teatro, coletivo de música, atléticas, etc.”. Assim, o Congresso aprova a resolução: “incentivar todos os ativistas do movimento a serem parte da vida social e acadêmica das escolas e cursos”. Esses ensinamentos vêm justamente das espertezas da burocracia sindical, que traveste a política de meandros festivos. A Anel não faz senão copiar as velharias dos burocratas da UNE.

O esvaziamento das entidades se dá justamente pelo contrário. A política foi substituída pelas festas. Ocorre que o método de aproximar os estudantes dos DCEs, CAs, etc. por meio do culturalismo, das confraternizações festivas, dos esportes, etc. constituem uma política, que é do reformismo. A política revolucionária é rechaçada e taxada como responsável pelo afastamento dos estudantes. O verdadeiro trabalho de base exige a defesa do programa, a organização das lutas em torno das reivindicações e a propaganda e agitação revolucionárias. O seu fundamento está na elevação da organização e consciência política dos estudantes. Na luta pelo programa e pela organização em torno das reivindicações, a fração revolucionária enfrentará a política da burocracia reformista e, particularmente, os desvios culturalistas, desportistas e festivos. A tarefa da vanguarda consiste em combater toda sorte de despolitização e de manobra diversionista. O Congresso da Anel, ao invés de incorporar o velho método dos reformistas, deveria rechaçá-lo e não atribuir à militância a tarefa de organizar festas.

O Partido Operário Revolucionário atuou no Congresso com a defesa de que a vanguarda organizada na Anel aprovasse um programa proletário para a educação e compreendesse a importância decisiva de derrotar as direções estatizantes, empunhando o objetivo de superar a crise de direção.

Nesta edição:

- O que diz a filha de Che Guevara em visita ao Brasil
- Capitalismo no fundo do poço
- Crise nos EUA: além da dívida pública
- Bolívia: O que é o que quer o POR

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O que diz a filha de Che Guevara em visita ao Brasil

Em junho, a pediatra Aleida Guevara fez palestras no Brasil. O jornal Folha de São Paulo lhe dedicou uma página de entrevista. O interesse do jornal não se deve apenas ao fato de ser filha do famoso dirigente da revolução cubana e organizador da guerrilha na Bolívia, mas também à situação de crise e de reformas pró-capitalistas em Cuba. A burguesia imperialista e a burguesia semicolonial latino-americana não vêem a hora das conquistas revolucionárias de 1959 serem abolidas em larga escala, como na ex-URSS, China etc.

Aleida Guevara defendeu as bases da revolução, mas não deixou de admitir as reformas que reintroduzem atividades capitalistas e implicam demissões em massa no funcionalismo público.

A entrevista pode ser dividida em duas partes – uma dedicada à economia e outra à política. Destacamos, da primeira parte, algumas de suas respostas:

Considera que o “Estado não pode seguir sustentado quem trabalha sem produzir”, não admite a compra e venda de imóveis e carros como abertura à propriedade privada. Para Aleida, o “Estado segue sendo socialista porque não há privatização nos grandes meios de produção”. Está convencida de que “nisso não se tocou e não vai se tocar, o povo cubano segue sendo dono de tudo que se produz no país”. Teme, no entanto, que aqueles que passam a trabalhar por conta própria “percam um pouco a consciência social”.

Na primeira pergunta da entrevista, explica resumidamente porque a situação de Cuba mudou: “Quando perdemos o campo socialista europeu, Cuba sofreu uma crise brutal, e o Estado amparou todos por todo esse tempo. A situação da economia interna melhorou – logo, há possibilidades para que essas pessoas trabalhem independentemente”.

Extraímos de suas respostas duas considerações:

1. As reformas de Raul Castro não modificam a base socialista de Cuba, uma vez que os grandes meios de produção estão preservados;
2. A economia cubana melhorou depois da ruptura do “campo socialista europeu” e agora permite que os trabalhadores amparados pelo Estado passem a ter uma atividade privada (trabalho por conta própria).

Certamente, nos limites da entrevista, Aleida não foi inquirida a demonstrar até onde a economia está sendo afetada pela abertura de mercado e concessões à iniciativa privada. O seu temor de que “as pessoas que comecem a trabalhar para si mesmas percam um pouco a consciência social”, não obstante, nada mais faz senão indicar que há um processo de restauração capitalista.

Se é verdade que Cuba não transformou a grande propriedade social dos meios de produção em propriedade capitalista, também é verdade que caminha para fazê-lo. As reformas econômicas, iniciadas na década de 90, permitiram associações com capitais estrangeiros,

autorização para constituição de empresas com capital integralmente estrangeiro, criaram-se zonas francas de comércio e admitiu-se a quebra do monopólio estatal da terra. Nesse ponto, a filha de Guevara incorre em omissões fundamentais.

Em Cuba, não progridem as forças produtivas socialistas, que dependem da industrialização e da alta produtividade. Essas foram bloqueadas pelo capitalismo mundial, pelas travas da burocracia estalinista e maoísta nos principais centros da revolução socialista, como na Rússia e China, e, portanto, pela impossibilidade do desenvolvimento isolado de Cuba. O próprio Che Guevara tinha consciência de que Cuba não poderia desenvolver o socialismo sobre a base da economia agrária.

Nunca houve interesse da burocracia estalinista da ex-URSS de ajudar Cuba a se industrializar. A dependência comercial e financeira serviu provisoriamente à revolução, mas não lhe permitiu avançar a economia socializada. O nacionalismo estalinista e o maoísta acabariam por esgotar as possibilidades econômicas e sociais das revoluções e impulsionariam a restauração.

Cuba é o último elo a se romper. E está desgraçadamente se rompendo sob a direção do castrismo, que se converteu ao estalinismo. A via das reformas não é a da defesa da revolução e de suas conquistas, como deixou transparecer Aleida. Ou o proletariado mundial, principalmente o da América Latina, por sua proximidade, sai em defesa de Cuba, ou a via restauracionista encabeçada pelos irmãos Castro avançará na destruição da propriedade social. As condições de crise do capitalismo e de luta de classes estão caminhando a favor de Cuba. Porém, a crise de direção provocada pelo estalinismo, que liquidou o Partido Comunista Russo e a Terceira Internacional, pesa no sentido contrário.

A segunda parte da entrevista trata da questão do Estado e do partido. Os agentes da burguesia não se cansam de atacar a ditadura socialista em Cuba e a exortar a democracia capitalista. Certamente, escondem que a sua democracia é uma ditadura ferrenha da classe exploradora contra a maioria explorada. Não poderia, portanto, faltar a pergunta o que Aleida tinha a dizer sobre a acusação “de que Cuba é uma ditadura”, dirigida por “partido único”.

Responde que há “eleições populares, muito mais democráticas que as de qualquer outro país”. A resposta sobre o partido único é curiosa: “o partido não tem nada que ver com as eleições. O partido é o dirigente. As eleições são de baixo, do povo”. Rebate a acusação de que existe preso político em Cuba. Diz: “Presos políticos são presos por ideias. Em Cuba não existem. Há presos por ações contra o povo, como por veneno na água de uma escola, tentar incendiar a telefonia. É terrorismo. Há mercenários pagos pelos EUA e europeus por passarem ao FBI informações que prejudicam o país”. Rechaça as damas de

branco: “São uma vergonha para mim como mulher. O que pedem? Que deixem livres os assassinos, terroristas, pessoas que atacaram a economia de seu próprio povo, mercenários que se venderam aos interesses dos EUA e Europa”. Entende, assim, a democracia cubana: “a democracia é o poder do povo e um Estado de direitos para todos os cidadãos. Isso em Cuba existe. O que o povo diz é o que se faz. O povo tem sempre a última palavra”.

Esse conjunto de qualificação para defender Cuba de que não é uma ditadura de partido único expressa argumentos liberais burgueses e confusão de pensamento. A filha de Che pretendeu dar ao Estado cubano o caráter de Estado de direito, típico das democracias burguesas. Mas procurou separar o partido das eleições. E não explicou por que não há direito de existência de outros partidos sob o tal do Estado de direito cubano. Dessa forma, Aleida inventa um Estado de direito com um partido que não é eleito pelo voto, como no Estado de direito burguês, mas que o povo vota e garante a soberania.

Nada disso é verdadeiro. A revolução cubana somente triunfou contra a reação burguesa e os ataques do imperialismo porque estabeleceu uma ditadura do proletariado e expropriou a grande propriedade dos meios de produção. Porém, se degenerou em ditadura burocrática, sob a condução de um governo pequeno-burguês e sob a influência do estalinismo. A ditadura do proletariado implica o direito de todos os partidos, correntes e grupos que defendem a

revolução e suas conquistas terem existência livre e independente. As diferenças e divergências em torno da construção da sociedade socialista são inevitáveis e devem corresponder à democracia proletária, garantida pela ditadura do proletariado. Está claro que os inimigos da revolução, portanto, os partidos da burguesia não poderão ter as mãos livres para organizar a contrarrevolução.

Cuba não conheceu a ditadura do proletariado senão sob a forma da ditadura burocrática – daí os partidos de esquerda não poderem ter existência legal. As eleições em Cuba são tão formais quanto às de qualquer país regido pela democracia burguesa. A criação da Assembleia Nacional em 1991, um tipo de parlamento, e a eleição de deputados pelo voto direto em 1993 introduziram aspectos da democracia burguesa no regime de ditadura burocrática. A burocracia do Partido Comunista de Cuba, da qual faz parte a oficialidade do exército, dirige o Estado por cima das massas e esconde a ditadura burocrática pela eleição formal dos representantes das Assembleias.

Não pode haver dúvida de que Cuba carece de um partido revolucionário. O futuro da revolução debilitada pelo processo de restauração depende de uma revolução política. Ou seja, da destruição da ditadura burocrática e edificação da ditadura do proletariado. O processo de restauração capitalista em Cuba somente será debelado com o desenvolvimento da luta de classes internacional e da constituição da democracia proletária interna.

Capitalismo no fundo do poço

A fome é o mais devastador sintoma das contradições do capitalismo. Os planos e metas confeccionados na ONU para reduzi-la apresentam altos e baixos nos resultados. Não se ousa, certamente, colocar a eliminação da miséria das massas. E se pretende convencer de que uma gradual redução em longo prazo a minimizará. Estabelecem-se metas independentes das crises por que passará fatalmente a economia mundial.

Na década de crescimento que se encerrou na segunda metade de 2008, os planejadores do “combate à fome” ficaram exultantes com os resultados. Mas o ânimo dos representantes do capitalismo pretensamente humanizado já não pode ser utilizado como arma de propaganda da burguesia imperialista. A alta dos preços dos alimentos os inquieta. Fazem previsões do crescimento populacional, do quanto mais será preciso produzir e calculam o limite do ecossistema.

Eis algumas das projeções: 1) “Os preços agrícolas continuarão elevados em 2020, em termos nominais e reais (...)” (“...os preços da carne poderão subir 50% até o fim da década”, “as cotações dos grãos poderão aumentar até 20%”); 2) “(...) por volta de 2050 a população mundial terá chegado a 9,2 bilhões de pessoas e a demanda de alimentos terá crescido entre 70% a 100%”; 3) “A forte instabilidade dos preços agrícolas agravou a fome nos países pobres, nos últimos anos, e a partir de 2010 afetou o custo de vida também no mundo rico.”

Essa previsão sombria indica que todo “esforço” da FAO/Banco Mundial/FMI de baixar o número de famintos de 1 bilhão em 2009 para 900 milhões na atualidade virá abaixo e com isso todas as metas (esses números podem estar subestimados). Os nobres senhores responsáveis por combater a fome no mundo aconselham os governos a responder aos “vários fatores” responsáveis pelo mais novo desequilíbrio. 1) “(...) maior transparência no mercado, com melhores informações sobre produção e estoque”; 2) “formação de estoque de segurança; 3) “regulação do mercado de futuro, para limitar a oscilação de preços”. Além dessas, há outras para longo prazo (“programa de modernização agrícola das economias em desenvolvimento”, etc.).

Na realidade, a ONU/FAO usa a fome para desenvolver diretri-

zes internacionais do grande capital. Armam-se programas para os países semicoloniais e se recrudescem o intervencionismo imperialista. Banco Mundial e FMI agem por cima dos países atrasados e dos seus governos.

Nunca o capitalismo produziu tantos alimentos e nunca teve seu potencial agrícola tão elevado. No entanto, os milhões de famintos não têm acesso porque estão submetidos ao desemprego, ao subemprego, à brutal exploração do trabalho e porque as populações rurais estão esmagadas pela opressão. E porque um punhado de países ricos, imperialistas, saqueia a grande maioria de países semicoloniais e os mantém no atraso econômico e social.

Na reunião do G-20, Nicolas Sarkozy, presidente da França, anunciou um plano que consiste em dar às potências o poder de controlar os preços dos alimentos e constituir o estoque de segurança alimentar, à custa de países produtores como o Brasil, etc. O brasileiro José Graziano da Silva, eleito para presidir a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), não poupa demagogia com a meta de até 2015 cortar pela metade o número de famintos. Aqui, no Brasil, o senhor Graziano teve oportunidade de pôr em prática medidas assistencialistas para amenizar a vida de milhões de miseráveis, cujos resultados foram e são aviltantes.

Sobram análises e denúncias de insuspeitos especialistas de que o problema não é falta de alimento, que o consumo está concentrado nos países ricos, que há desperdício de 1,3 bilhão de toneladas anuais, que imensas áreas de terras férteis servem à especulação, que o mercado de futuros distorce os preços, etc. A verdade é que milhões e milhões estão condenados a passar fome e morrer pela fome. Não há saída para essa massa humana no capitalismo.

A resposta ao aumento do custo de vida, à especulação dos preços das commodities e à fome se encontra no programa proletário de expropriação da grande propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. E desse programa que se desprendem as reivindicações mais elementares como o salário mínimo vital, escala móvel de horas de trabalho, escala móvel do reajuste e controle operário da produção.

Crise nos EUA: além da dívida pública

Nas últimas semanas, uma “preocupação” rondou o mercado mundial. A do possível calote [*default*] do Estado norte-americano. Após atingir o teto da dívida, que ultrapassa já a casa dos 14 trilhões de dólares, o Congresso e a Casa Branca vêm buscando um acordo para elevar o endividamento do Tesouro.

Faz parte das negociações um pacote de medidas de cortes orçamentários que envolve aumento de impostos e cortes em gastos sociais. Uma das propostas diz respeito ao aumento da idade para a concessão do “Medicare” - um programa governamental que permite que norte-americanos com mais de 65 anos ou inválidos tenham acesso gratuito ao sistema de saúde. A proposta elevaria a idade mínima para 67 anos. Sabe-se que, entre os países imperialistas mais industrializados, o sistema de saúde dos EUA é um dos mais caros e quase todo privatizado.

A divergência, no entanto, entre republicanos e democratas não incide sobre os cortes de gastos sociais, mas sobre a questão dos impostos. Uma elevação de impostos que atinja as grandes corporações, os milionários e bilionários, parece ser o ponto de discórdia. Republicanos aparentam ser os mais ferrenhos defensores do grande capital. Sobre a superfície, esses aparentam ser os interesses em disputa. Trata-se, contudo, de uma mesma política.

O “Plano Obama”, como vem sendo conhecido, prevê um corte em torno de 4 trilhões de dólares para a próxima década. Aumento de impostos e cortes de gastos sociais em saúde e previdência fazem parte do pacote. Pequenos atritos dizem respeito a dois problemas fundamentais: a disputa eleitoral de 2012 e a impossibilidade de, no curto prazo, qualquer medida alterar o quadro de instabilidade na economia norte-americana. Diante do impasse que a crise impôs, as frações burguesas se atritam em torno da “melhor” política. O que significa, em outras palavras, preservar interesses mesquinhos de grupos lobistas diante do cenário desastroso que se vislumbra à frente.

Combina-se, no atual momento, duas estratégias já amplamente gastas nos últimos três anos para aliviar os efeitos da crise: o aumento do endividamento público, que predomina como política estadunidense e o pacote de austeridade fiscal, aplicado no continente europeu. Ambas convergem para um objetivo central: destruir amplas forças produtivas.

Se, de um lado, a política defendida pelos republicanos levaria a uma imediata retomada da recessão e consequente impossibilidade do Estado arcar com as despesas pelo estrangulamento da arrecadação de impostos, de outro a política de “longo prazo” e “divisão dos sacrifícios”, defendida pelos democratas, recolocaria no curto prazo o problema da superprodução. O calote, que significaria colocar o planeta numa recessão imediata e geral, vem sendo usado pelos republicanos como instrumento de chantagem sobre o governo Obama. Dado que detêm maioria parlamentar, tendem a impor sua linha sobre Obama. A disputa entre as frações imperialistas mais poderosas do planeta revela a impossibilidade de dar solução pacífica para a crise que se instalou a partir de 2008. Tudo aponta para a retomada da crise econômica num patamar mais elevado, e com os Estados nacionais das potências desarmados para amortecer suas consequências.

Um único lado da moeda

Os últimos 600 bilhões de dólares utilizados para recompra de

títulos do Tesouro norte-americano permitiram manter a lucratividade do capital financeiro. Todo trabalho objetivado nessas riquezas dissipou-se em um semestre no mercado de ações. Do mesmo modo, toda a política de destruição de direitos, corte e congelamento de salários, demissão em massa, que se desenvolve na Europa permitiu destruir força produtiva, rebaixar o valor da força viva de trabalho e impor novas relações entre capital e trabalho.

O desequilíbrio estrutural que se manifesta na atual crise entre as relações de produção e as forças produtivas busca ser resolvido, como em outras épocas, pela destruição das condições de vida dos assalariados.

Os dados do desemprego nos EUA são desalentadores para a classe operária. Os oficiais 9,1% da população economicamente ativa revelam que nada se fez ou se fará para criar novos empregos. A preocupação com o teto da dívida torna-se apenas mecanismo ideológico para convencer a população da importância de manter o endividamento, enquanto os especuladores mantêm sua lucratividade.

Um pequeno histórico serve para ilustrar a política do grande capital nos EUA: depois de 2001, os gastos dos governos com as operações só no Afeganistão giram semanalmente em torno de 2 bilhões de dólares, ou seja, quase 100 bilhões ao ano. Gastos bélicos acumularam-se com as outras intervenções como a do Iraque. Com a crise em 2008 e o resgate de instituições financeiras e grandes transnacionais, a dívida chegou ao patamar atual.

O “interessante” do sistema monetário norte-americano é que o FED (Banco Central) é uma instituição de direito privado. Para emitir moeda, o governo da Casa Branca é obrigado a emitir títulos públicos que o FED vende a outras instituições. Não é à toa que o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, venha afirmando constantemente que o tempo para as negociações entre o governo e o parlamento está se “esgotando”. Por detrás dos jogos entre republicanos e democratas, há poderosos, gigantescos interesses que envolvem os títulos públicos (*treasuries*) norte-americanos.

Como afirmamos em outra edição do **Massas**, o Tesouro dos EUA transformou-se na maior bolsa de valores do planeta. Não são apenas instituições financeiras que especulam nessa grande bolsa, mas grandes estados nacionais.

A China detém mais de 1 trilhão de dólares em títulos da dívida; Brasil, cerca de 200 bilhões; Japão, 882 bilhões; Reino Unido mais de 272 bilhões e países exportadores de petróleo mais de 210 bilhões. Do total de 14,3 trilhões, mais de 4,5 trilhões estão nas mãos de governos. Aumentar o teto da dívida interessa aos interesses globais do capital. Nada aponta que isso não venha a ocorrer. Na verdade, os atritos entre Casa Branca e Congresso atuam no sentido de legitimar a sangria das riquezas criadas pela classe operária norte-americana e mundial.

Os erros do passado evidenciam os limites da economia política burguesa

Muitos economistas, como Paul Krugman, vêm apontado os erros que a política do governo dos EUA vem repetindo. Ele tem insistido na tese de que as medidas atuais reproduzem passo-a-passo os erros que levaram à grande depressão dos anos 30. A intervenção, para ele, não deveria ser sobre o capital financeiro (manutenção de

uma política de ajuda a grandes corporações), mas sobre política de investimento e criação de empregos. Ele compreende que “se as corporações já possuem uma abundância de capital que não estão utilizando, por que é que, se lhes concedêssemos uma redução de impostos que faria com que aumentasse ainda mais a montanha do dinheiro à disposição delas, isso contribuiria para acelerar a recuperação econômica no país?” (edição de 05 de julho do *The New York Times*, traduzido pelo site UOL).

Ora, a conclusão a que chega, embora aparente ser progressiva, mostra-se contraproducente para a lógica do sistema capitalista: ele espera “a criação direta de empregos pelo governo e de um alívio da dívida de hipoteca, para os consumidores estressados”. O que isso representaria para a política burguesa? Adiar a resposta ao desequilíbrio que estourou em 2008.

Desde o **Manifesto do Partido Comunista**, Marx apontava fundamentalmente duas saídas às crises cíclicas do capital: destruição da força de trabalho e conquista de novos mercados. Tanto uma quanto a outra já se esgotaram historicamente. Os fenômenos conjunturais apenas reeditam, em uma face mais bárbara, essas duas respostas.

Criar empregos e estimular a economia produtiva representaria o oposto. Adiaria a resposta burguesa e colocaria em um patamar superior o problema da superprodução. É contra ela que os governos burgueses se levantam atualmente.

Há demasiada riqueza, há demasiada produção para mercados tão estreitos. O fato de a China, a mais potente criadora de ri-

quezas atualmente, ter se enveredado no caminho da especulação financeira evidencia isso. Os grandes Estados, as grandes corporações estão assentadas sobre “montanhas de dinheiro”, mas não podem investi-los, pois, em vez de resolver a crise, a recolocaria em patamares piores.

O desemprego, a miséria salarial, a destruição de direitos aliada às intervenções bélicas e comerciais são o meio de os capitalistas porem um fim a essa crise conjuntural em particular, parte necessária da crise estrutural do modo de produção.

Paul Krugman, Nobel de economia, representa o de melhor que a economia política burguesa pode oferecer no momento. No alto de sua compreensão dos erros do passado, não pode, como representante da ideologia dominante, supor que a sua resposta também é falsa. Não há saída para a economia norte-americana sem antes devastar o país e o restante do planeta.

A crise da dívida é apenas uma face das contradições engendradas pelo capitalismo em decomposição. Por trás dela, a barbárie social toma corpo e recrudesce. Cabe ao proletariado estadunidense e mundial tomar a tarefa de destruir esse modo de produção, libertando as forças produtivas e sabemos, pela experiência histórica, pelos “erros do passado”, que somente a Revolução Proletária pode pôr fim à crise estrutural do capitalismo. Apenas a planificação da economia em um modo de produção socialista representará um avanço sobre os problemas que hoje atingem a maior parte dos trabalhadores do planeta.

Bolívia: O que é e o que quer o POR

A partir desse *Jornal Massas*, estaremos publicando um escrito de Guillermo Lora, de 1958, intitulado “O que é o que quer o Partido Operário Revolucionário”. No prefácio, Lora cita Karl Marx: “A emancipação dos trabalhadores será obra deles mesmos”. E faz uma breve colocação sobre o nascimento do POR boliviano. Reproduzimos abaixo:

“O Partido Operário Revolucionário (POR) foi fundado no congresso de Córdoba (Argentina) no mês de junho de 1935, sob a direta inspiração de José Aguirre Gainsborg, que redigiu seus primeiros documentos políticos e programáticos.

O velho POR nasceu da fusão da Esquerda Boliviana e do Grupo Tupac Amaru, alguns de seus dirigentes tiveram suas primeiras armas no Partido Comunista clandestino da pré-guerra chaqueña.

Em 1938, Marofe e seus amigos se separaram do POR para formar um partido centrista, eleitoreiro e sem princípios, o PSOB.

Em 1954, abandonaram nossas fileiras os ‘entristas’ que passaram a servir ao MNR no poder, e os pablistas que se caracterizam por revisar o trotskismo, por aproximar-se das posições estalinistas e por se escorar no lechimismo”.

O que é e o que quer o POR

I Definição do Partido Operário Revolucionário

a) O Partido Operário Revolucionário é a vanguarda do proletariado, é pois o Partido de uma só classe (1). Aqui surge a primeira e grande diferença com os outros partidos políticos. O Movimento Nacionalista Revolucionário igual ao APRA do Peru ou o Kuomintang chinês, proclamam ser frentes de quatro classes sociais: a burguesia “progressista”, a classe média, os camponeses e o proletariado.

Em um bloco dessa natureza, estabelecer qual dessas classes assume o papel de direção constitui o problema básico, posto que as quatro classes não podem considerar-se como tal.

A experiência nos ensina que o Movimento Nacionalista Revolucionário, por seu programa e por sua natureza de classe de seu

plano maior, significa a submissão dos operários e dos camponeses ao comando pequeno-burguês, empenhado em materializar propósitos capitalistas.

O Partido Operário Revolucionário, sendo o partido da classe operária, agrupa somente uma camada desta, a sua vanguarda, constituída pelos elementos mais avançados, mais valentes. Isso não quer dizer que o Partido não se preocupa em aumentar o número de seus militantes e se conforme a ser um insignificante grupinho, encaminha seus esforços a cooptar o que há de mais valioso do proletariado e a entroncar-se firmemente na classe.

b) O Partido Operário Revolucionário é um partido marxista-leninista, que orienta sua ação de acordo com as Teses de fundação da Quarta Internacional (*Programa de Transição*), organizada por León Trotsky, em 1938.

É marxista porque segue a ideologia fundamentada pelos comunistas Karl Marx e Frederick Engels, na segunda metade do século XIX. (Nos últimos anos se auto-define como “marxleninista-trotskista”), (NR, 1995).

O POR toma o marxismo em toda sua essência, rechaçando o revisionismo, venha este da socialdemocracia (Segunda Internacional) ou do estalinismo (Terceira Internacional); pode-se dizer que é o partido marxista ortodoxo (2). Na base programática do Partido, se encontra o *Manifesto Comunista* (1948), exposição sintética e brilhante da doutrina marxista, não superada até agora.

Dizemos que é leninista porque se inspira na aplicação que fez V.I. Lênin (dirigente da revolução bolchevique russa de 1917) do marxismo da época do imperialismo.

Orienta-se de acordo com o programa em que foi fundada a Quarta Internacional (3).

Combate a desvirtuação que faz o estalinismo da doutrina de Lênin com sua peregrina tese do *Socialismo em um só país* (que nega a revolução mundial e a Internacional como seu instrumento) e com o disparate sobre o caráter revolucionário das burguesias dos países atrasados.

O Partido Operário Revolucionário é anti-estalinista porque luta contra a degeneração burocrática da revolução russa, que se converteu no mais sério obstáculo para o pleno desenvolvimento de uma sociedade baseada na nacionalização dos meios de produção e na economia planificada. Combate, com meios revolucionários, a odiosa e sangrenta burocracia estalinista e defende incondicionalmente a URSS de toda ameaça de agressão do imperialismo, porque considera que assim defende as conquistas da revolução de Outubro, base da futura sociedade comunista. Tampouco está de acordo com o estalinismo quando este destrói o centralismo democrático, que deve entender-se como uma verdadeira fusão entre o centralismo e a democracia interna, para substituí-lo pelo centralismo burocrático e com o monolitismo partidário.

A Quarta Internacional não é a criadora de uma nova doutrina, segue fielmente o leninismo e seu programa parte das resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional (fundada em 1919, por Lênin e Trotsky, como uma retificação marxista aos erros socialpatriotas da Segunda Internacional, entre outros de Kautsky, Plekanov, etc) e cujos documentos básicos foram redigidos por Lênin e Trotsky.

II Como funciona o Partido Operário Revolucionário

O programa faz o Partido, diz Trotsky. O programa ao assinalar a finalidade estratégica – no caso do POR instaurar o governo operário-camponês ou a ditadura do proletariado e destruir a opressão classista – está já definindo o caráter organizativo do Partido.

A estrutura celular é insubstituível para um partido bolchevique, por ser a que melhor o liga com as massas e a que mais facilmente pode permitir-lhe colocar-se à sua direção.

Um partido parlamentarista não tem necessidade de células de fábrica, lhe é mais urgente estruturar diretórios distritais, que lhe permitam controlar os votos de seus seguidores.

a) Para ser militante do Partido Operário Revolucionário deve aceitar três condições:

1. Estar de acordo com seu programa, acatar as resoluções de seus congressos, conferências nacionais, reuniões de seus organismos dirigentes e atuar dentro da linha do centralismo democrático;
2. Contribuir economicamente para a sustentação das atividades do Partido, pois este não recebe ajuda de organizações nacionais e internacionais e sua imprensa não publica anúncios de empresas capitalistas;
3. Pertencer a uma de suas células.

A direção do Partido e a linha política são consequência da ação coletiva de toda a militância. Os que se reivindicam do Partido Operário Revolucionário e estão fora de suas células não poderão considerar-se como militantes, o Partido não pode ser responsável por sua conduta política, por estar impossibilitado de orientar-lhes em sua atividade diária.

b) A norma organizativa básica do Partido Revolucionário é o centralismo democrático, pedra angular da estrutura dos partidos

bolcheviques. Este princípio implica a mais ampla discussão de todos os problemas no interior do Partido (nas células); o direito dos militantes de divergir das opiniões da direção nacional ou local; a liberdade de organizar tendências e frações ao redor de postulados políticos. Tudo isso é a democracia que deverá complementar-se com a submissão dos setores minoritários à maioria, o que não supõe que aqueles devam renunciar a suas opiniões e de terem o direito de defendê-las nas publicações partidárias. O Partido não é um clube de discussão, é a vanguarda combatente de sua classe, é o instrumento da revolução de operários e camponeses. O POR não poderia cumprir seus objetivos se não apresentasse unidade na ação, se não fosse capaz de dar-se uma direção idônea, ágil e firmemente unida às bases. O centralismo democrático corresponde a necessária unidade que tem de demonstrar o Partido em sua ação exterior, para isso se impõe a submissão da minoria à maioria, o reconhecimento da direção nacional única e das decisões das instâncias superiores (congresso, conferências, plenários etc). A devida observância do centralismo democrático permite que a linha política seja elaborada coletivamente por todo o Partido, isto é, em última instância, pela militância de base. Deve rechaçar-se, como rotina perniciososa, a imposição de teses, programas e documentos pelos altos círculos dirigentes. As resoluções partidárias devem elevar ao mais alto nível político a experiência vivida pelo Partido em todos seus setores. A eleição pelas bases dos organismos dirigentes é a norma e somente pode ser deixada de lado quando extraordinárias condições de ilegalidade o impõe.

- c) A disciplina do militante se baseia na profunda convicção política e na estrita observância, principalmente pela direção, das normas do centralismo democrático. A livre discussão é o meio de unificar critérios e de sanar diferenças, ao mesmo tempo que permite a elevação do nível político e teórico da militância. Rechaçam-se, como um atentado à vida mesma do Partido, os métodos de terror ou a perseguição aos opositores exercidos como o pretendido meio de conseguir a unidade. A disciplina porista é uma disciplina consciente que não pode coexistir com a burocratização dos quadros dirigentes. A luta diária, não a de cúpula conspirativa das camarilhas, é a que seleciona os melhores militantes e nela devem ganhar o direito de ascender até os escalões mais altos da direção.

.....

Notas

- (1) *A classe social é um conjunto de homens que ocupa um determinado lugar no processo de produção. Proletário é aquele que não tem mais do que sua força de trabalho e que concorre na produção vendendo-a diariamente em troca de salário.*
- (2) *O conjunto de ideias de Marx e Engels tem sido acertadamente definido por Plejanov como “concepção integral do mundo”.*

Trotsky define o marxismo, pondo em destaque que é o guia de ação da classe operária, como a expressão consciente do inconsciente processo histórico, isto é, da tendência elementar e instintiva do proletariado para a reconstrução da sociedade sobre princípios comunistas.

- 3) *As Teses de fundação da Quarta Internacional levam o título de “A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional”.*

(Extraído das Obras Completas de Guillermo Lora, tomo VIII, edições Massas)